



Cultura
Prefeitura fiscaliza ruas de Florianópolis para regularizar prática do malabarismo

página 14

Educação

Reuni estimula criação de cursos inovadores, mas ainda não convence vestibulandos

página 7



ZERO

FLORIANÓPOLIS, SETEMBRO DE 2009 - CURSO DE JORNALISMO ANO XXVII, NÚMERO 4

Notícias sobre gripe A espalham medo

Exagero da mídia dificulta atendimento de grupo de risco, enquanto apavora pacientes fora de perigo

Hospitais lotados e restaurantes e escolas fechados. No terminal de Canasvieiras, o fluxo de pessoas no início da tarde caiu 30%. Foi

necessário encarregar um funcionário para dar informações sobre o vírus H1N1. O álcool gel está em falta, e se vê muitas pessoas

usando máscaras. No entanto, a nova gripe mata tanto quanto a gripe comum - de 10 mil infectados, 45 são vítimas fatais. A cada 100

pessoas doentes, 99 apresentam sintomas leves e recuperação rápida.

páginas 8 e 9

Política

Maria Júlia Manzi



Na ALESC, projeto de lei contra nepotismo tramita há dois anos

STF aprovou em 2008 Súmula Vinculante proibindo a contratação de parentes nos três poderes, mas Assembleia ainda não possui sistema que a evite de maneira cruzada.

página 6

Saúde

Entre 15% e 17% dos que fazem vasectomia se arrependem depois

página 11



Sofia Franco

Cotidiano

Judiciário tem dois meses para se adaptar à nova Lei da Adoção

O projeto altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelece tempo máximo de dois anos de abrigamento e tenta agilizar os processos, com estímulo à procura por crianças mais velhas

página 5

O UNIVERSITÁRIO e os eventos da UFSC



- O Centro de Cultura e Eventos foi inaugurado em 10 de maio de 2004, com o objetivo de realizar ali as formaturas. Desde maio de 2004 até abril de 2009, foram 384 eventos científicos e culturais, 52 minicursos, 339 refeições, 11.786 formandos e um público de 554.963 pessoas.

- O DCE, Diretório Central dos Estudantes, também promove eventos gratuitos, abertos e dentro da UFSC. Entre os que aconteceram neste ano, estão a Calou-rarte, a Semana do RU, o Rock'n'RU e o UFSClock. Houve ainda debates sobre o Sistema Único de Saúde, o SUS, o petróleo, a crise e o agronegócio.

- Há oito anos a UFSC realiza a Sepex, Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, com minicursos espalhados pelos Centros da Universidade e seus estandes montadas na Praça da Cidadania, em frente à reitoria. Nesta 8ª edição, a SEPEX contará com 200 estandes, e acontecerá entre os dias 21 e 24 de outubro.

- Toda 4ª feira, às 12h30, os estudantes da UFSC podem assistir a apresentações artísticas no campus, através do Projeto 12:30, realizado pelo Departamento Artístico Cultural da UFSC. As apresentações acontecem na concha acústica ou no Centro de Cultura e Eventos, e são abertas para várias linguagens artísticas, não apenas a música.

- O Projeto 12:30 Acústico foi criado para contemplar outros estilos de apresentação, como o dueto ou o solo. Ao contrário do Projeto 12:30, que é ao ar livre, este acontece no Teatro da UFSC a cada duas semanas, nas 5as feiras.

- A Igreja da UFSC tem mais de 150 anos, e desde 1978 é sede do coral, porque tinha uma boa acústica para o pronunciamento dos padres. Junto à Igreja, existia o salão paroquial, que em 1979 se tornou o Teatro da Universidade. Este ano, o Teatro tem uma programação especial em comemoração aos seus 30 anos.

- A Galeria de Arte da Universidade traz uma exibição nova todo mês, e funciona de 2ª a 6ª feira, no Centro de Convivência. Até o dia 25 de setembro, a Galeria traz uma exposição que comemora ao mesmo tempo os seus 20 anos de implantação e os 15 anos da Associação de Artistas Plásticos de Santa Catarina, fazendo, ainda, uma homenagem ao artista Max Moura.

CARTA AO LEITOR

Gripe suína atinge mídia

Na reunião de pauta desta edição houve muita dúvida sobre a validade de se abordar a questão da gripe suína, uma vez que o tema vinha sendo bastante explorado pela grande imprensa. A preocupação faz sentido. O ZERO, tanto quanto possível, privilegia assuntos com enfoques originais, ou frequentemente desprezados pelos veículos comerciais.

A equipe notou a atenção excessiva da mídia dada ao tema e, por isso, optou pelo foco na questão: "Será que a imprensa está exagerando em suas abordagens sobre a gripe suína?" Durante a apuração, veio a constatação: parece-nos que sim.

Desde abril, quando surgiram suspeitas do novo vírus no México, as manchetes das publicações passaram a ser sempre sobre a gripe porcina. Falava-se em "efeito dominó" da pandemia de gripe.

A Folha de S. Paulo baseou-se em parâmetros da gripe H5N1 para a matéria de capa: "Gripe pode afetar até 67 milhões de brasileiros em oito semanas". E lendo ou assistindo este ou outros veículos, a população apavorada começou a usar máscaras, acabou com os

estoques de álcool gel e encheu hospitais, que deveriam cuidar principalmente dos doentes de risco. Não havia mais Tamiflu nas farmácias, e então comprou-se o remédio pela internet.

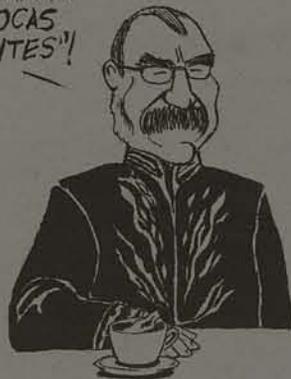
No entanto, segundo o ministro da saúde, José Gomes Temporão, a gripe suína é como uma gripe comum. A letalidade de ambas as doenças é a mesma. No mês de julho de 2008, 4.500 pessoas morreram de gripe comum no Brasil. De abril até 19 de agosto de 2009, segundo informe da Organização Mundial de Saúde, houve 1.799 óbitos em função da gripe suína no mundo. A população deve evitar a transmissão do vírus H1N1 tomando as providências necessárias, embora não haja motivos para pânico.

Enquanto isso, cientistas tentam descobrir uma vacina que previna a doença, já que ela provavelmente permanecerá muito tempo entre a população. Porém, este mês, o número de infectados deve cair, em razão da elevação da temperatura no País. Resta agora analisar o comportamento do vírus no inverno do hemisfério norte, e conferir se prevalece a tendência do seu declínio por aqui.

CHARGE

E se... Sarney saísse do senado?

MEU PRÓXIMO LIVRO VAI SE CHAMAR "MURIGOCAS ARDENTES!"



SARNEY, VOCÊ É O KAFKA DO MARANHÃO!



PHILIP SCHNEIDER

Sobre o chargista

Philip Schneider, 23 anos, estuda Design Gráfico na Udesc e trabalha no Setor de Tecnologia da Prefeitura Municipal de Biguaçu. Para entrar em contato com o autor, basta enviar um e-mail para phil.scr@gmail.com

Para os chargistas

Se você é daqueles que quando lê uma notícia logo a imagina numa charge, desenhe para o ZERO e envie para zero@cce.ufsc.br. Sua charge pode ser publicada nesse espaço e fazer parte das próximas edições do jornal.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO

Ano XXVII - Nº 5 - Setembro de 2009
Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC
Fechamento: de setembro

Curso de Jornalismo - CCE - UFSC - Trindade
Florianópolis - CEP 88040-900
Tel.: (48) 3721-6599/ 3721-9490
Site: www.zero.ufsc.br
E-mail: zero@cce.ufsc.br

REDAÇÃO Andrei Longen, Andressa Dreher, Angeli Maros, Bibiana Beck, Camila Chiodi, Fernanda Martinazzi, Flávia Schiochet, Gabriel Rosa, Gabriela Bazzo, Gabriela Cabral, Júlio Ettore Suriano, Juliana Frandajozo, Leticia Arcoverde, Marcelo Andrequetti, Maria Júlia Manzi, Mayara Schmidt, Michel Siqueira, Sheila Marangoni, Vitor Vieira de Oliveira **EDIÇÃO Capa, Opinião e Entrevista** Luísa Konescki **Educação** Jessé Torres **Saúde** Sarah Westphal **Política** Joana Neitsch **Especial** Rogério Moreira Jr. **Economia** Fernanda Volkerling **Esporte** Paulo Rocha **Cultura** Gustavo Napolini **Comportamento** Fernanda Espindola **Ciência e Tecnologia** Rafael Wiethorn **Contracapa e Imagem** Sofia Franco **FOTOGRAFIA** Andrei Longen, Flávia Schiochet, Maria Júlia Manzi, Sofia Franco **EDITORIAÇÃO** Andressa Dreher, Cecília Cussiolli, Fernanda Martinazzi, Gabriel Rosa, Gustavo Napolini, Jessé Torres, Joana Neitsch, Júlio Ettore Suriano, Leticia Arcoverde, Michel Siqueira, Rafael Wiethorn, Sofia Franco **INFOGRAFIA** André Rodrigues, João Dóliveira, Rafael Amaral, Rogério Moreira Jr. **SERVIÇO EDITORIAL** Jornal O Estado de S. Paulo **PROFESSOR-COORDENADOR** Jorge Kanehida Ijuim MTb/SP 14.543 **COORDENAÇÃO GRÁFICA** Sandro Lauri Galarça MTb/RS 8357 **MONITORIA** Risa Stolder, Lígia Lunardi **IMPRESSÃO** Diário Catarinense **CIRCULAÇÃO** Nacional **TIRAGEM** 5.000 exemplares

Melhor Peça Gráfica I, II, III, IV, V e XI Set Universitário / PUC-RS (1988, 89, 90, 91, 92 e 98)
Melhor Jornal-Laboratório no I Prêmio Foca Sindicato dos Jornalistas de SC 2000
3º melhor Jornal-Laboratório do Brasil EXPOCOM 1994

ZERO NO TEMPO



Em novembro de 1987, o ZERO tinha "A vingança da SIDA" na capa como uma das chamadas. Os anos 80 marcaram o início da contaminação da AIDS no Brasil, e o ZERO publicou, naquela edição de novembro, quatro matérias relacionadas à Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

A primeira delas relatava como foi tratada pelo antigo delegado do Deic, Elói Gonçalves de Azevedo, a suspeita de pessoas que pretendiam passar o vírus HIV para outras, através de relações sexuais e compartilhamento de seringas. As outras matérias diziam respeito à mudança de comportamento da população de Florianópolis depois de a AIDS atingir a cidade. Os repórteres contaram que as pessoas passaram a praticar abstinência sexual ou a ter apenas um parceiro. O movimento nos motéis caiu, a procura por travestis e a prostituição diminuíram. Tudo isso ocorreu principalmente porque havia preconceito com o uso de preservativos.

Depois de 22 anos, o ZERO publica mais uma reportagem relacionada à AIDS. Apesar de o comportamento descrito acima não fazer mais parte da realidade brasileira, o preconceito com os preservativos continua. Agora, entre a terceira idade. Os medicamentos contra a disfunção erétil tornaram possível uma vida sexual satisfatória também entre os idosos. Mas são pessoas que começaram a ter relações sexuais antes da década de 80, quando não havia a preocupação com o HIV. Por não estarem habituados ao uso de preservativos, o grupo de infectados entre a terceira idade tem aumentado e já representa 9% dos aidséticos.

Fotos: Flávia Schiochet



Especializado em novas tecnologias, o jornalista Ethevaldo Siqueira é colaborador da revista Época, comentarista da Rádio CBN e colunista do jornal O Estado de S. Paulo. Foi professor de Tecnologia da Informação e Telemática na USP, e fundou e dirigiu a Revista Nacional de Telecomunicações e a TelePress Latinoamérica. Ganhou dois prêmios Esso de Jornalismo (1968 e 1978) e o Prêmio Comunique-se na categoria Jornalista de Tecnologia em 2007. Tem onze livros publicados.

Informação não é conhecimento

A tecnologia invadiu a sociedade do conhecimento, e desta relação surgiram novos paradigmas no campo da propriedade intelectual, na educação e na comunicação. Mudou o modo de assistirmos televisão e vermos o mundo. Ethevaldo Siqueira, jornalista e entusiasta tecnológico, baixa músicas pelo celular e condena quem compra CD pirata nas ruas. Em entrevista ao ZERO, ele vai de videoconferências à telenovela para explicar o que mudou com a digitalização, e os desafios que impedem à expansão dessa realidade.

ZERO - O que muda na educação tradicional e no papel dos professores a partir da busca, pelos alunos, de informações na internet?

O professor tem que, acima de tudo, orientar a pesquisa. Fazer pesquisa na internet pode não significar uma melhoria, pode ser até um retrocesso. Se o professor pede aos alunos que façam um trabalho e eles não leem nada, "recortam e colam" da internet, e apresentam como seu próprio trabalho, a rede não acrescentou nada. É preciso leitura e reflexão crítica, seja na internet, seja no livro.

Cabe ao professor mostrar para o aluno que informação não é conhecimento. O conhecimento é uma coisa muito mais profunda, muito mais elaborada, que exige uma avaliação "isto aqui é uma verdade, e isto não é". Uma informação pode ser falsa, o conhecimento não é falso, é algo comprovado cientificamente. O conhecimento é aquilo que você pode transformar em um benefício para a humanidade.

A sociedade do conhecimento não é a sociedade da informação. E a grande função do professor em relação ao aluno é orientá-lo para que ele saiba, como se fosse um garimpeiro, selecionar aquelas informações que vão lhe dar base para o conhecimento.

O conhecimento possibilitado pela rede é democrático?

Não. Ele tende a ser, mas é necessário corrigir uma série de desequilíbrios. O maior desequilíbrio é o acesso à própria rede, e pelo processo chamado de inclusão digital deve-se fazer com que pessoas de menor poder aquisitivo tenham esse acesso. No momento em que o celular se tornar realmente o terminal principal de acesso à rede, e 160 milhões de pessoas no Brasil possuírem celulares, então vai ser possível democratizar através do celular. Esse é um processo. Outro é a informatização das escolas e a distribuição de computadores por preços populares, acessíveis ou financiados, para cada jovem. Isso depende de políticas públicas, de planos nacionais, do investimento do governo, de consciência educacional e da participação das escolas, de grandes empresas e da família.

Você já declarou, em sua coluna, que é contra a pirataria. O que fazer então com a internet, onde milhares de usuários compartilham arquivos de áudio e vídeo ilegalmente? Proibir o acesso a esses arquivos seria uma solução?

Não. Nós temos que perceber que a propriedade intelectual vai mudar, está mudando, e não adianta proteger. No momento em que as pessoas estão trocando arquivos de músicas sem pagar direitos autorais, não é que elas estão fazendo isso por maldade, é porque estão à disposição. É um benefício que as pessoas não tinham no passado. O caminho não é o melhor, mas é o que a internet proporcionou.

Um paradigma positivo foi quebrado com a internet: o direito de propriedade, o direito do autor. Nós temos que encontrar uma maneira de fazer com que o Estado, as fundações, as ONGs, as empresas possam estimular de outra maneira o produtor de música, o produtor de obras de arte de maneira geral, para que a sociedade não entre em retrocesso. Mas a pirataria pode chegar a um ponto em que ela se torna um crime, aí é diferente.

Então o compartilhamento de arquivos na Internet não é um crime?

O compartilhamento em si não é crime. Quando você cria uma armadilha para tomar dinheiro de alguém, aí sim. Eu tenho um celular que me permite baixar aqui as músicas que eu quiser durante um ano, de um estoque de mais de 5,8 milhões de músicas, sem pagar nada, porque o fabricante desse telefone pagou. Ele e a operadora de celular dividiram os custos. Eles chegaram para as gravadoras, que por sua vez pagaram os artistas, e disseram "agora nós vamos comprar o direito para 1 milhão de unidades desse telefone". Esse é um modelo novo de remunerar o dono dos direitos autorais e o usuário não pagar nada. Na verdade o usuário está pagando no preço do celular ou da tarifa. Esse é um modelo de negócios que "corrigiu" a pirataria.

E o que fazer a respeito da pirataria comum, a que você chama de crime?

Educação é a primeira coisa. Eu não compro um CD pirata na rua, por princípio, porque aquilo é um crime. Os jovens de hoje compram porque pagam três, quatro, cinco reais por um CD que na loja vai custar 15 ou 20. Se a pessoa não tem poder aquisitivo, a única saída é comprar a versão pirata. A polícia vai lá e reprime. Esse é um caso de pirataria que não é o caminho. Se você educar as pessoas para não comprar a pirataria, ela se reduz.

Há a educação, depois a legislação, e por último a ação policial, a repressão. E agora você tem ainda a tecnologia, que dispõe recursos. Esse celular, por exemplo, usa um recurso tecnológico, um *software* que me permite baixar músicas. São caminhos novos, mas o desafio está ainda por ser resolvido. Não dá para dizer "liberou geral, vamos piratear". Nós temos que encontrar uma solução, novos modelos de negócios, educar mais o jovem.

Você comenta sobre as conferências via telepresença, que são um bom exemplo de recurso tecnológico interativo. Em que outros sistemas de comunicação a interatividade realmente funciona?

A internet é essencialmente interativa, porque você não fica esperando que ela te mande o conteúdo, você vai navegando, abre um site, fecha, abre um link, vai para outro... A internet só funciona com a participação interativa do usuário. Você escolhe o caminho que prefere, os assuntos sobre os quais quer ler. No caso da videoconferência, ela só funciona se for interativa. Não é televisão normal. A televisão digital pode, no futuro, chegar até a fazer comércio eletrônico, em que você congela uma cena, clica no relógio da pessoa que aparece na tela e compra aquele objeto, por exemplo.

A tecnologia da TV Digital está próxima disso?

Ainda é um longo caminho, principalmente porque as pessoas que estão na frente da televisão não estão lá para falar com ela. Quando as pessoas estão vendo novela na minha casa, eu não posso nem interromper. Imagina se eu vou congelar a imagem para comprar qualquer coisa durante a novela.

Então a TV digital mudaria a forma de ver televisão?

Mudaria. Vai ser preciso ter uma televisão por assinatura, cada um vai ver o que quiser, e interagir quase "um-a-um".

“Compartilhar arquivos não é crime. Quando você cria uma armadilha para tomar dinheiro de alguém, aí sim”

Como você vê a cobertura atual na área de jornalismo tecnológico no Brasil, tanto em publicações diárias, como em publicações especializadas?

Ela vem melhorando sensivelmente. Está muito longe do ideal, porque as escolas não preparam realmente. O grande esforço é feito pelo próprio jornalista. Se ele gosta muito de computação, por exemplo, ele cobre bem. O jornalista não cobre bem áreas que não são do dia-a-dia do jovem. Há áreas em que o jornalismo científico e tecnológico já tem um nível bom de competência no Brasil, como é o caso da área de informática e da própria área de internet. Há muitos jovens recém saídos da universidade que vão dar uma boa contribuição nessa área.

Eu acho que especialização não é característica apenas de ciência e tecnologia, mas também artes, esportes, lazer, vida urbana, política, economia, filosofia, gastronomia, tudo isso. O jornalismo cobre o mundo, cobre a vida, e ele será tão melhor na medida em que você tiver jornalistas mais especializados. Isso não quer dizer que ele vai escrever com uma linguagem científica, mas ele vai entender melhor, vai traduzir com maior fidelidade. É como o Rui Barbosa dizia, "o dever de verdade". Não tem jornalismo que se salve se não for para dizer a verdade.

Camila Chiodi



José Fiates, Marcelo Cazado, Guilherme Jacob e Rui Gonçalves relatam experiências bem-sucedidas a estudantes em palestra na UFSC

Brasil investe em jovens empreendedores para economia crescer

Recursos liberados pelo Estado chegam a R\$ 4 bi em 2009 e devem financiar a criação de negócios na área tecnológica

Gente nova e com pouca experiência, buscando o sonho do ideal empreendedor. Esse era o perfil das cerca de 180 pessoas que lotaram o Auditório da Reitoria da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), na noite de quinta-feira, 27 de agosto, para o ciclo de palestras "Faça a Diferença - Investindo em Ideias". A busca não é motivada apenas pelo prazer de ter um negócio próprio ou de viver sem a cobrança de um chefe, mas também pelos investimentos do país, especialmente na área de tecnologia.

Segundo o relatório de gestão de 2007 da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Ministério de Ciência e Tecnologia, os recursos correspondem a R\$ 1,8 bilhão, maior quantia liberada nos últimos 20 anos. Para 2009, já estão garantidos R\$ 3 bilhões para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDTC) e, no mínimo, R\$ 1 bilhão para a Finep. Os recursos são liberados por editais e prêmios promovidos por órgãos ligados ao Ministério de Ciência e Tecnologia, como o CNPQ e Sebrae, além do Finep e FNDTC.

O incentivo faz com que o Brasil apareça como o nono país mais empreendedor em pesquisa realizada pelo Global Entrepreneurship Monitor (GEM), em 42 países. Mas a verba

não garante permanência no mercado: 56% das micro, pequenas e médias empresas fecham até o terceiro ano de vida, segundo dados do Sebrae. Para reverter esse quadro, os palestrantes do "Investindo em Ideias" insistiram em duas soluções: inovação e gestão.

Inovar

Presidente da Associação Catarinense de Empresas de Tecnologia (Acate), Rui Luiz Gonçalves afirma que o empreendedor é um filósofo. Ele deve observar o mundo, identificar problemas e propor soluções inovadoras. José Eduardo Fiates, diretor-executivo do Sapiens Park, parque tecnológico no norte de Florianópolis, destacou a criatividade como peça chave para inovar.

João Lourenço, diretor da Chaordic Systems, também sabe a importância da inovação na hora de abrir um negócio. A Chaordic desenvolve ferramentas online para sites de vendas, que utiliza o histórico de navegação para indicar produtos que se encaixem no perfil do cliente, e já captou R\$ 1 milhão em investimentos.

Lourenço explica que a criação de novos produtos fortalece o comércio. O empreendedor gera mais empregos, mais oportunidades e melhor distribuição de renda, além de contribuir

com a economia local. "A inovação é o motor de riqueza de um país", define.

Gestão

Para que ideias inovadoras virem produtos, é preciso transformá-las em realização e prática, ensina Fiates. O foco, a estratégia e o modelo de negócios - ou seja, a gestão - é que geram resultados. Gonçalves, da Acate, revela que é possível aprender a fazer gestão até no Google.

As notícias mais lidas no site do Sebrae mostram que os empreendedores estão recorrendo à internet. As páginas que lideram o ranking de acessos respondem a questões básicas, como "o que é gestão financeira" e "como elaborar um plano de negócios", além de oferecerem cursos gratuitos para os novos empresários.

Ao final das palestras, os convidados alertaram que não existe ponto de chegada para um empreendedor. "Mesmo com uma ideia inovadora, não há garantias. Amanhã tem alguém que faz a mesma coisa de graça", lembra Gonçalves. O esforço é contínuo. Para Jacob, "quando está quase alcançando um sonho, um bom empreendedor já tem mais dois ou três sonhos no bolso."

Vitor Vieira de Oliveira e
Andressa Dreher

Governo gasta R\$ 2,1 bilhões em medidas contra nova gripe

Se o vírus H1N1 parasse de circular hoje, o governo brasileiro teria medicamentos suficientes para tratar os cerca de 40 mil doentes e outros 280 mil que viessem a ser infectados, segundo o Ministério da Saúde.

O Tamiflu, comprimido fabricado pelos laboratórios Roche, é o único medicamento utilizado para o tratamento da gripe A. Desde maio, quando o primeiro caso da doença foi diagnosticado no país e a influenza A já era classificada como pandemia, o Brasil adquiriu 800 mil tratamentos, no total de R\$ 34 milhões. Cada tratamento corresponde a dez comprimidos do remédio.

Greici Eidt, 20 anos, cursa Farmácia na UFSC e contraiu o vírus H1N1 após um encontro de estudantes no estado de São Paulo. Seis dias depois, apareceram os sintomas. "Febre alta, dor no corpo inteiro, meus olhos ardiavam e eu tossia muito", explica a universitária. No mesmo dia, foi internada com 40,5°C de febre no Hospital de Caridade e recebeu tratamento com Tamiflu por cinco dias. Depois de dez dias, Greici recebeu alta e pode voltar pra casa.

Para uma pessoa doente que não esteja nos grupos de risco, a dose de dois comprimidos é suficiente para acabar com os sintomas da gripe A em pouco mais de 24 horas, segundo o secretário de saúde de Florianópolis, João José Cândido da Silva. Os comprimidos são tomados a cada doze horas, e o paciente deve ficar em repouso absoluto.

Até o final de agosto, Santa Catarina estava em quinto lugar no ranking de mortes pela nova gripe, com 13 vítimas confirmadas. O secretário adjunto de Saúde de Florianópolis, Clécio Espezin, adverte que "apesar das fortes medidas de controle no estado, não significa que não haverá novos óbitos em Santa Catarina".

Como medida para os próximos meses, o MS liberou, no dia 26 de agosto, R\$ 2,1 bilhões destinados à compra de mais 11,2 milhões de tratamentos para serem distribuídos no mês de setembro. Deste total, R\$ 1,06 bilhão será usado na compra de 73 milhões de doses de vacinas para o

próximo ano. Estima-se que o número seja suficiente para imunizar 36,5 milhões de pessoas, quase 20% da população brasileira. O valor ultrapassa mais de dez vezes o gasto com a primeira aquisição do Tamiflu para combate do vírus H5N1, que ficou conhecido por gripe aviária, em 2006.

Há três anos, o MS desembolsou R\$ 186 milhões na compra de matéria bruta para produção do comprimido Tamiflu. No caso da gripe A, a suspeita de uma "nova onda" da doença fez com que o governo adquirisse mais tratamentos e reforçasse o trabalho de vigilância. A utilização do fosfato de oseltamivir foi recomendada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) por ter sido o medicamento utilizado para combater a gripe aviária há três anos.

Apesar de existirem outros compostos inibidores do vírus da influenza, como o Relenza (de princípio ativo zanamivir e dos laboratórios GlaxoSmithKline), o Tamiflu seguiu como padrão. Segundo informado pelo próprio Ministério da Saúde, a preferência pelo Tamiflu deve-se aos resultados satisfatórios apresentados no último surto de gripe aviária, quando o zanamivir ainda não tinha registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Assim, o governo brasileiro continuou adquirindo o medicamento dos laboratórios Roche. A prioridade de vender para o governo brasileiro antes das farmácias se deve à necessidade de que a população tenha acesso ao tratamento gratuito em tempos de pandemia. O Ministério da Saúde afirma que a medida visa controlar o uso indiscriminado do comprimido, que pode fortalecer o vírus, se tomado sem necessidade.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) ainda não foi registrada nenhuma ocorrência de resistência do vírus ao Tamiflu no Brasil, mas até o dia 21 de agosto foram onze no mundo - quatro no Japão, dois nos EUA, dois em Hong Kong e um na Dinamarca, Singapura e China.

Flávia Schiochet

Medicamentos

Alternativas estão em fase de teste

Em 2005, no último surto do vírus H5N1, conhecido como gripe aviária, os governos dos países afetados providenciaram dois compostos para o tratamento da doença: oseltamivir e zanamivir. O primeiro, dos laboratórios Roche, é tomado em cápsulas, enquanto o segundo, do GlaxoSmithKline, deve ser inalado.

Em crianças, porém, o medicamento apresentou efeitos colaterais. Segundo a Agência de Proteção à Saúde, em estudos divulgados em julho, 51% das 248 crianças



submetidas ao tratamento preventivo apresentaram sintomas como náuseas, dores de cabeça e de barriga.

Reuni amplia e inova oferta formativa

Programa cria 18 opções só na UFSC e aposta no retorno dos ciclos básicos, mas carteiras continuam vazias

Fotografia: Sofia Franco/Ilustrações: João Gabriel Assunção

Com ou sem espaço físico, o Reuni — Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais — surpreendeu os vestibulandos com a criação de vários novos cursos desde o início de sua implementação, no começo de 2008. Apenas na UFSC, foram criadas nesse período 18 novas opções entre cursos, habilitações e turmas em horários alternativos, podendo ser incluídas mais sete no vestibular 2010 (aguardam tramitação interna). Para se ter uma dimensão desse crescimento, entre 1998 e 2007 foram quatro novos cursos e uma nova habilitação de Educação Física, de acordo com dados da Comissão Permanente do Vestibular, Coperve. Além de vagas, as federais estão renovando o cardápio do vestibular com novas propostas curriculares, que ou apostam em profissões inovadoras ou trazem novos formatos para uma graduação.

Um dos exemplos é o curso de Saúde Coletiva (*ver tabela*) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), primeiro do gênero na América Latina. Abriu suas portas com o objetivo de capacitar profissionais para elaborarem políticas de saúde. Já na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), a graduação em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, voltado para a preservação de objetos de valor artístico e histórico, caminha para o terceiro vestibular. Estruturado no formato de ciclos, nos primeiros quatro semestres o aluno recebe uma formação mais generalizada, escolhendo uma das quatro áreas específicas — no caso, escultura, papel, pintura ou conservação preventiva, a partir da 5ª fase.

O curso de Engenharia de Mobilidade da UFSC, que iniciou as aulas no começo de agosto, no novo campus de Joinville, segue uma proposta similar. Divide-se em três ciclos, mas após o segundo o aluno pode receber um diploma de bacharel, em três anos, e não é obrigado a escolher uma das sete habilitações para continuar os estudos. “O modelo foi pensado para evitar a desistência”, conta Acires Dias, coordenador do curso e um dos seus idealizadores. O professor explica que os primeiros dois ciclos servem como uma espécie de “maturação” dos estudantes, o que pode assegurar uma escolha mais acertada da profissão. “Hoje há mudanças rápidas nas tecnologias, por isso a necessidade de se estudar cálculo e física em um primeiro momento e se especializar depois”, defende.

Os currículos inovadores, contudo, não estão isentos de críticas. “Não é possível transpor uma reforma da Europa para o Brasil. Eles querem construir uma sociedade do conhecimento europeia, além de se fortalecer frente aos EUA e outras potências”, avalia

	Curso	Inscritos/vagas	Índice	Perfil do formado	Duração	Exemplos de disciplinas
	Saúde Coletiva (UFRJ)	38/40	0,9	Profissional capaz de analisar as condições de saúde da população e formular estratégias, além de planejar, executar e gerir ações	8 a 12 semestres	Epidemiologia, Métodos de Investigação em Saúde Coletiva, Planejamento e Gestão em Saúde Coletiva
	Ciências Matemáticas e da Terra (UFRJ)	40/160	0,2	Profissional com sólida base, capaz de aplicar os conhecimentos trabalhados na prática ou na capacitação nas áreas de Matemática e Física	6 semestres, com habilitação específica a partir do terceiro	Cálculo, Computação, Física Experimental e disciplinas optativas como Geologia e Álgebra
	Ciências do Estado e Governança Social (UFMG)	158/60	3,1	Forma profissionais que pensem em ações públicas e exerçam liderança no planejamento de políticas públicas	7 semestres	Pensamento Jurídico-político Brasileiro, Cidadania Cultural, Teoria da Gestão Pública
	Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis (UFMG)	128/30	4,2	Profissionais que atuem na preservação de bens culturais, que reflitam sobre os critérios técnicos e busquem soluções	8 semestres, com habilitação específica partir do segundo	Artes Visuais, História da Restauração, Fotografia, Química para Restauradores
	Engenharia de Mobilidade (UFSC)	1065/200	5,3	Profissionais que planejem, projetem e gerenciem sistemas de transporte de pessoas, objetos e informações	Primeiro ciclo de 4 semestres, segundo ciclo de 2 semestres, terceiro ciclo de 4 semestres	Cálculo, Geometria Analítica, Química Tecnológica, Álgebra Linear

Ensino

O sistema de ciclos

O surgimento de cursos planejados no sistema de ciclos está previsto no decreto presidencial que instituiu o Reuni. Em seu segundo artigo, que trata das diretrizes do programa, o item IV prevê a diversificação das modalidades de graduação, preferencialmente não voltadas à profissionalização precoce e especializada, ou seja, que o estudante possa pensar mais antes de definir o seu futuro. Mas não é só isso. “Na UFSC, esses cursos são discutidos há anos nos centros de ensino, antes que sejam criados, e são fundamentados no Processo de Bolonha”, explica o professor José Angotti, diretor do Departamento de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da universidade. O processo a que Angotti se refere também possui referências no decreto do Reuni e é originário da Declaração de Bolonha, assinada na cidade italiana por 29 países europeus em junho de 1999. No documento, os países signatários reconhecem a necessidade de fortalecer a Europa e se comprometem a estabelecer uma espécie

de “unificação” do ensino superior, através de medidas como a adoção de currículos equivalentes e de um sistema de créditos, que estimulem o intercâmbio de alunos entre os países. Além disso, está previsto o sistema de ciclos, embora com algumas diferenças do que aparece no Brasil — com a primeira etapa de três anos, que deve formar mão de obra minimamente qualificada, e outra sem duração estipulada visando à formação de mestres e doutores.

“Hoje em dia o jovem escolhe a formação muito cedo”, opina o coordenador do também novo curso de Ciências Rurais, que fica no campus da UFSC em Curitiba-banos, Darci Trebien. O currículo também tem um ciclo de três anos, que formam um bacharel em Ciências Rurais, e outro com especializações como Agronomia e Engenharia Florestal. Darci reconhece que, sem o segundo ciclo, o aluno ainda não é um profissional, mas também acredita na eficiência do modelo pela maturação que pode proporcionar. (J.S.)

Olinda Evangelista, professora do Departamento de Estudos Especializados em Educação da UFSC e especialista em política educacional. Além de criticar a adoção do sistema, ela explica também

que a ideia de ciclos de formação é muito antiga no país, datando da reforma do ensino superior implementada pela lei nº 5.540, de 1968. “Já essa lei trouxe o modelo dos EUA, e foi muito criticada.

Todos entravam em um único curso de formação geral e depois pensavam na especialização, isso gerou problemas como excesso de demanda”, diz Evangelista. A primeira universidade a instituir o sistema no Brasil, segundo ele, foi a própria UFSC. Com o fracasso, os ciclos foram alterados aos poucos e acabaram deixando de existir.

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) também vê com desconfiança essas mudanças. “Para nós, a UFSC está cometendo um equívoco. Quem vai ser este profissional que recebe um diploma na metade do curso? E qual é a qualidade da sua formação?”, defende Fernando Bastos, aluno de Direito e membro da diretoria da entidade.

Outra grave questão que coloca em xeque as inovações no ensino superior, estimuladas pelo Reuni, é a procura no vestibular. Para 2009, na UFMG, o curso de Ciências do Estado e Governança Social teve um índice de 3,16 candidatos por vaga, já Ciências Matemáticas e da Terra, na UFRJ, não conseguiu sequer atingir a marca de um postulante por vaga, com um índice de apenas 0,25. Na UFSC, além de baixa procura, a Coperve tomou um susto ao processar o resultado do vestibular realizado em julho. Das 100 vagas do curso de Tecnologias da Informação e Comunicação, em Araranguá,

foram preenchidas apenas 11 no período diurno e mais 15 no noturno. Em Ciências Rurais, isso aconteceu com somente 22 das 180 vagas. A solução encontrada foi, a partir de uma resolução da Câmara de Ensino de Graduação publicada logo após o resultado oficial, diminuir de 5 para 0 pontos a nota de corte das questões discursivas. Mesmo assim, foram preenchidas apenas mais 40 vagas.

Para José Angotti, uma das razões da baixa procura é uma questão cultural. “O imaginário dos estudantes é fortalecido por conversas familiares, que preferem cursos como medicina, direito etc. O novo sempre assusta”, avalia. Já o coordenador de Ciências Rurais é mais crítico. “Além de morosidade na aprovação do curso, faltou divulgação. A Preg e a Coperve não sabiam informar sobre os cursos”, acredita. O Ministério da Educação afirmou, através da assessoria de imprensa da Secretaria de Ensino Superior (Sesu), que não há exigências quanto ao formato dos cursos decorrentes do Reuni, embora o programa privilegie a inovação. Mas disse que, quanto à baixa procura, é um processo que demanda tempo e exige maturação. Por enquanto, esse é um tempo de muitas carteiras vazias.

Júlio Suriano

Arte: André Rodrigues



Lei sobre nepotismo tramita na Assembleia há mais de dois anos

Alesc criou medidas preventivas para contratação de parentes, mas não tem como fiscalizar troca de favores entre deputados

Nepotismo não é crime, mas quem o pratica está sujeito à perda da função e ação civil pública por ato de improbidade administrativa. Apesar de não haver lei específica sobre o assunto, a Constituição permite que a União, os estados e municípios regulamentem a questão. Em Santa Catarina, já houve quatro tentativas de aprovar leis de proibição do nepotismo. A única que escapou do arquivamento foi o projeto de lei 36.2/07, proposto pelo deputado Pedro Baldissera, do PT. Em tramitação há dois anos, o projeto obrigaria a exoneração de cônjuges ou parentes de até terceiro grau do governador, secretários de estado, membros dos poderes executivo, legislativo e judiciário que ocupem cargos comissionados ou temporários.

Ainda que não haja legislação sobre o assunto, em 2008, o Supremo Tribunal Federal aprovou uma determinação que obriga o Poder Judiciário a reconhecer em todos julgamentos o nepotismo como prática que fere a Constituição Federal. Na ocasião, ficou proibida a contratação de parentes nos três poderes e pelo menos 30 pessoas foram demitidas na Assembleia Legislativa de Santa Catarina. A diretora de comunicação social da Alesc, Lúcia Helena Vieira, diz que a medida foi apenas "moralizadora e preventiva" — para que não houvesse posterior ação do Ministério Público.

Há três formas de emprego público: via concurso, cargos de confiança e trabalhos temporários terceiriza-

dos. Para impedir nomeações pouco éticas, na segunda modalidade, como a promoção de parentes e cabos eleitorais, é que o deputado Baldissera acredita que "o concurso público é uma prática que deveria ser a usual, e não o contrário". Na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina há 870 funcionários comissionados e 716 efetivos.

A diferença se dá por dois motivos. O primeiro é que, com exceção da prova para taquígrafo em 2002, desde 1982 a Assembleia não abre

Senado

Atos secretos causam crise

O favorecimento de parentes e amigos para contratação em cargos públicos levou o Senado a uma das maiores crises de sua história, com a divulgação da existência de quase mil atos secretos neste ano — 511 identificados em junho e 468 descobertos em agosto.

Atos secretos são procedimentos administrativos feitos sem publicação, como determina a Constituição.

O presidente da casa, José Sarney, fez ao menos 11 apadrinhamentos de parentes para cargos comissionados.

O Conselho de Ética arquivou todas as denúncias e representações contra o senador, que resiste a renunciar a presidência do Senado.

vagas para concurso público. Em abril deste ano, foi amplamente divulgado que até agosto deveria haver novas provas. A diretora de comunicação da Alesc afasta a possibilidade de que estas ocorram ainda em 2009 e declara que dificilmente acontecerão em 2010, já que se trata de ano eleitoral.

Outro fator que leva à predominância de funcionários comissionados é a necessidade de pessoas de confiança dos parlamentares trabalhando em funções estratégicas. Cada um dos 40 deputados da Casa pode nomear até 22 pessoas e para isso, há uma verba máxima de contratação de R\$ 46 mil mensais por gabinete. Um total de R\$ 1,84 milhão para a folha de pagamento.

Até ano passado, a liberdade era total para contratar, inclusive familiares. Com a decisão do STF, além da demissão de parentes dos deputados, outras providências foram tomadas para aumentar a credibilidade da Alesc, como a divulgação on-line dos atos de admissão e demissão e o controle de parentesco dos terceirizados e comissionados, feito com um termo de compromisso obrigatório. Mentir na declaração caracteriza crime de falsidade ideológica e pode ter punição de até cinco anos de prisão. Porém, nenhuma dessas medidas é capaz de detectar o nepotismo cruzado, prática que ocorre com a troca de favores, quando um parlamentar contrata parentes do outro.

Maria Júlia Manzi

Conferência de Comunicação pode atrasar por falta de regimento

Entre a simples convocação do Presidente Lula para a 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) e a sonhada democratização da mídia brasileira existe um longo caminho a percorrer. A Conferência foi anunciada pelo Governo Federal em 16 de abril e está marcada para acontecer no mês de dezembro, em Brasília. O tema é *Meios para construção de direitos e de cidadania na era digital*. Debates prévios estão acontecendo em todo país, envolvendo representantes do Estado, empresariado e sociedade civil.

No evento, devem ser discutidos pontos chave em matéria de políticas públicas de comunicação, avanços tecnológicos e digitalização dos meios. Também deve ser feita a revisão de normas inconsistentes e defasadas no que se refere à legislação para a área.

Ainda é necessário definir diversos tópicos que entrarão no regimento, como a distribuição dos delegados da Conferência. Insatisfeitas com os critérios propostos pelo governo, várias empresas abandonaram a Confecom. Sob articulação da Rede Globo, estas anunciaram no dia 13 de agosto seu desligamento. Sérgio Murillo de Andrade, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) critica essa postura por relegar para a "censura" qualquer iniciativa democrática que deseje criar normas sobre a atuação dos meios de comunicação no país. "[Os empresários] não sabem conviver com a diferença e a pluralidade de idéias e opiniões", diz Sérgio, que considera ainda maior o desafio lançado para quem continua na articulação da Confecom.

Em Santa Catarina, uma comissão atua para estimular a discussão sobre a Confecom e a realização de uma etapa estadual. Mas tanto a fase catarinense quanto o encontro nacional podem não ocorrer pela falta de um

regimento interno. É nele que são definidos as temáticas, as datas, o número de delegados e os critérios para compor as delegações e a comissão organizadora. Apenas quando o regimento for aprovado em nível nacional é que a Conferência Estadual de Comunicação poderá ser convocada.

Vera Gasparetto, jornalista e educadora da CUT (Central Única dos Trabalhadores) em Santa Catarina e uma das representantes da Comissão pró-conferência no estado, explica que realizar uma etapa catarinense é importante para ir além do flagrante oligopólio instaurado por um grupo privado.

O fato de o estado ainda não ter instalado uma comissão organizadora que deveria funcionar com a presença do poder público, da sociedade e dos empresários é criticado por Vera. Mas o responsável pela Secretaria de Comunicação de Santa Catarina, José Augusto Gayoso, garantiu a convocação da Conferência Estadual assim que o debate nacional se definir.

A Acaert (Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e TV) assume a mesma posição da Abert (Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e TV) que foi uma das organizações a deixar o debate. Em nota, a entidade diz defender a Confecom, desde que haja um equilíbrio na participação dos seus membros. A Acaert também lamenta que um debate sobre políticas de comunicação no país esteja se transformando em um fórum de interesses comprometidos com bandeiras políticas e sectárias. A esse respeito, Vera diz que historicamente uma única voz atua no debate da comunicação no Brasil: a voz do empresariado. "É natural que queiram resistir, assim como é natural que o movimento social queira lutar pelas suas opiniões."

Marcelo Andregueti

Controvérsia

Empresários nem esperam início

Entidades representantes de empresas de mídia deixaram as discussões da Conferência por considerar que há interesses políticos e discordar sobre número de delegados que cada área teria.

Abandonaram:

Abert - Associação Brasileira de Rádio e Televisão;
Abta - Associação Brasileira de TV por Assinatura;
Adjori - Associação dos Jornais do Interior;

Aner - Associação Nacional dos Res de Revistas;
ANJ - Associação Nacional de Jornais;
Abronet - Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet.

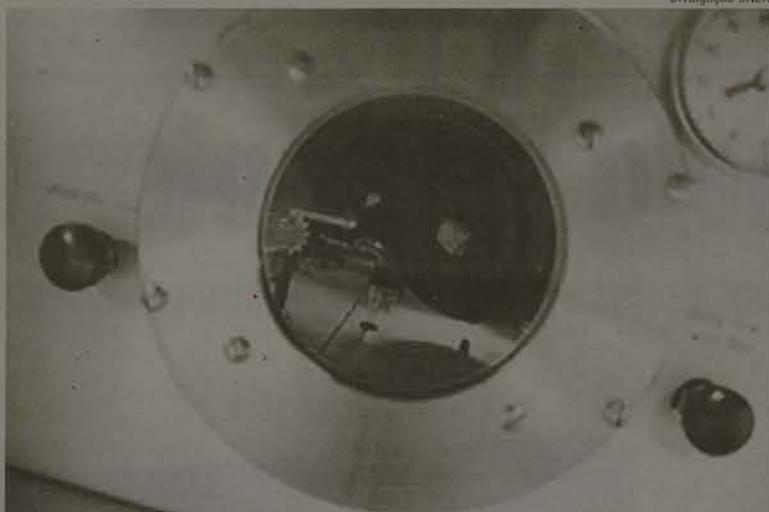
Ficam:

Telebrasil - Associação Brasileira de Telecomunicações;

Abra - Associação Brasileira de Radiodifusão que representa empresas como a TV Bandeirantes e Rede TVI;

Mesmo filiada à Abert, é possível que a Rede Record continue participando.

Arte: Rogério Moreira Júnior



Com pouca aparelhagem no país, pesquisadores enviam amostras para laboratórios no exterior

Brasil possui apenas dois aparelhos para realizar testes de carbono 14

Em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a Companhia Nacional de Energia Nuclear (CENEN) adquiriu um aparelho para a medição da radiação de carbono 14. A aparelhagem se somará a outra que, até então, era a única do gênero no país, exclusividade do laboratório do Centro de Energia Nuclear na Agricultura, da Universidade de São Paulo (USP), em Piracicaba.

O método do carbono 14 é um dos mais populares na arqueologia. No caso do Santo Sudário, serviu apenas para confundir ainda mais os pesquisadores, que não trataram o teste como resposta definitiva. A maioria dos pesquisadores o considera confiável, mas admitem a sua complexidade e a possibilidade de que uma contaminação das amostras gere resultados duvidosos.

Podendo datar fósseis e relíquias de até 50 mil anos de idade, o método do Carbono 14 foi descoberto pelo Dr. Willard Libby. O C14 é um elemento radioativo. É uma reação de átomos de carbono com átomos de hidrogênio, que são absorvidos por plantas, como o linho que deu origem ao Santo Sudário, por exemplo. A cada aproximadamente 5.730 anos, a quantidade de carbono 14 presente em materiais orgânicos cai pela metade. Através de métodos químicos e matemáticos, é possível chegar à idade aproximada do objeto em questão.

Mesmo com a existência do aparelho no Brasil, Teresa Fossari, coordenadora das pesquisas em arqueologia do Museu Universitário da UFSC, envia as amostras de material para laboratórios nos Estados Unidos: "O que nós fazemos aqui é orientar como coletar, a quantidade de material necessária", explica. Segundo ela, o processo é bastante complexo e as amostras são bastante raras, o que faz com que os laboratórios já renomados sejam escolhidos. "Não desmereço as pesquisas brasileiras, mas elas ainda mantêm um caráter muito experimental", conclui.

Quanto aos custos, Fossari diz que projetos de pesquisa em arqueologia são caros por natureza. As equipes

são grandes e muitas vezes envolvem diversas despesas como locomoção e hospedagem. As últimas amostras enviadas pela UFSC para datação em Miami saíram em torno de 200 a 300 dólares cada. "Imagina que enviemos 10 amostras, 2 mil dólares para datação em um projeto com orçamento de 200 mil é um bom preço".

Há riscos de contaminação, que limitam os exames por vezes. "A escavação tem que ser bem feita. É como um médico em uma cirurgia, é analisado onde é possível escavar, não pode ser muito perto da superfície, porque a raiz de uma árvore próxima, por exemplo, pode realimentar o fóssil com carbono 14". Por isso e pela preservação das relíquias, os testes de carbono 14 são feitos preferencialmente com restos de carvão de fogueiras encontrados próximos a ossos e artefatos: "pode-se chegar ao núcleo sem medo de danificar o objeto e datar com menos influência possível", explica a pesquisadora.

Segundo Ciro Carlos Melo Couto, coordenador do Museu do Ar Livre Costão do Santinho, outra limitação é a impossibilidade de datar inscrições rupestres. Além de não serem feitas de matéria orgânica, as inscrições estão muito expostas a diversos agentes naturais, como vento, sol, maresia, que alteram a radiação e tornariam igualmente inviável a pesquisa com o método do C14. No museu em questão, imagina-se que as inscrições tenham de 2 mil a 5 mil anos de idade, baseado em materiais orgânicos encontrados nas proximidades.

Um exemplo é o esqueleto de 5,5 mil anos encontrado há cerca de 1 km do Museu do Costão do Santinho. É um dos registros mais antigos do Homem do Sambaqui. Foi encontrado na década de 70 e hoje se encontra no Museu Padre João Alfredo Rohr, no Colégio Catarinense. Segundo o coordenador do Museu, Sidney Linhares, a datação na época era a parte mais cara da pesquisa e só foi viável devido a uma parceria entre o Conselho Nacional de Pesquisa e o estadunidense Instituto Smithsonian, em Washington. (B.B.)

Santo Sudário gera debates entre meios científico e religioso

Estudiosos divergem quanto a autenticidade do pano de linho usado para envolver o corpo de Jesus Cristo depois de morto

O cirurgião plástico José Humberto Resende, em 1980, ouviu com tristeza a notícia divulgada pelo cientista americano Walter McCrone de que o pano de linho conhecido como Santo Sudário, que dizem ter sido utilizado para envolver o corpo de Jesus Cristo depois de morto, era uma falsificação. O método do Carbono 14 aplicado por McCrone dava como resultado que a relíquia, de 4,36m de comprimento por 1,10m de largura, era de 1260 a 1390, portanto, muito tempo depois de Jesus ter existido. No dia 18 de setembro, um dos maiores estudiosos sobre o Sudário vem a Florianópolis para realizar palestras sobre o tema.

A dúvida sobre a autenticidade do Sudário terminava ali, em ceticismo puro, para muita gente. Não para Resende, que àquela altura estudava o assunto e já acreditava que o manto fosse uma autêntica relíquia, devido a outras evidências: "É impossível pintar um pano com aquela medida, com sangue de uma única pessoa, com todas as nuances da pintura, com a mesma intenção, com a mesma tonalidade e com o mesmo sangue", diz.

O que chama a atenção de quem olha o Sudário, além da imagem de um homem com traços semitas, é um conjunto de manchas simétricas, que

percorrem o pano de uma extremidade a outra. Essas manchas teriam sido causadas por um incêndio que queimou a capela do castelo de Chambéry, na noite de 3 para 4 de dezembro de 1532. A relíquia estava guardada lá, dobrada em 48 camadas, dentro de uma caixa de madeira fechada, revestida de prata por fora e de veludo por dentro.

Derretida pelo calor, a prata gotejou sobre uma das bordas do tecido, produzindo uma queimadura que, devido às dobras, danificou simetricamente o Sudário. A área da suposta imagem de Cristo foi pouco atingida, mas a fumaça do incêndio poderia alterar a radiação de carbono 14. Foi com base nesta premissa que o cientista russo Dmitri Kouznestoy, em 1995, refez o teste do carbono 14 levando em consideração os efeitos do incêndio. Depois dos testes alegou que a data do Sudário é I d.C., a época de Cristo.

Sidney Linhares é coordenador do Museu Padre João Alfredo Rohr, além de professor de geografia do Colégio Catarinense, em Florianópolis, escola de ordem jesuíta. Linhares contesta a versão a respeito do incêndio. "A prata derrete a 906°C. Como é possível chegar a esta temperatura, derreter a prata, sem que o linho pegue fogo?",

questiona. O professor ainda afirma que o assunto é controverso mesmo dentro da Companhia de Jesus: "Não se fala no assunto. A maioria dos padres não acredita na legitimidade do Santo Sudário".

Em seu livro "A Verdade sobre o Sudário", Kenneth Stevenson diz que "as análises microquímicas revelaram a não-existência de corantes, manchas, pós, tintas, ou instrumentos de pintura no Sudário". O autor conta que foram realizados vários testes, todos eles chegando a resultados unânimes de que não havia nenhuma possibilidade de falsificação ou fraude.

José Humberto Resende, membro da comissão restrita de cientistas do autorizados a estudar o sudário, vem à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no dia 18 de setembro apresentar mais informações sobre o tema. Serão realizadas no Auditório da Reitoria, em dois horários: às 15h e 19h. O projeto é uma iniciativa da Universidade junto ao Ministério Universidades Renovadas, uma organização da Renovação Carismática Católica. Apesar do teor religioso do assunto e de suas controvérsias, o pesquisador e os organizadores prometem manter o enfoque científico.

Bibiana Beck



Segundo o livro *A Verdade sobre o Sudário* todos os testes realizados chegaram a conclusão de que não há possibilidade de fraude ou falsificação

ZERO

Tosse vira insulto em meio ao pânico da nova gripe

Álcool gel esgotado nos supermercados, pessoas com máscara na rua, igrejas e bares vazios mostram que a população está morrendo, sim. De medo

Um homem usando máscara sobe no ônibus em Florianópolis no domingo à noite. Como precisou correr, está ofegante e baixa a máscara para respirar melhor. Enquanto está sem a proteção, seu rosto se contorce um pouco, e de sua boca vem uma tosse forte. Silêncio no ônibus. O cobrador para de cobrar as passagens. Olhares são trocados pelos passageiros e outros direcionados ao homem, que se encolbe no banco e puxa a máscara de volta à boca.

Gripe passageira

No dia 17 de julho, foi registrada a primeira morte em Santa Catarina comprovadamente causada pelo vírus A (H1N1). O primeiro caso da doença no estado havia sido confirmado no dia 8 de maio. Desde lá, o pânico já fez esgotar o álcool gel das prateleiras do supermercado e até mesmo diminuir o número de passageiros em alguns terminais de ônibus. No Terminal de Canasvieiras (Tican), por exemplo, o fluxo de usuários diminuiu cerca de 30% no horário do início da tarde, segundo o fiscal da Canasvieiras Transportes, Osvaldino Darcy de Magalhães.

Um dos funcionários da empresa fica designado para conscientizar os

usuários do Tican. "Às vezes é difícil, têm pessoas que não entendem que é necessário abrir a janela pra circular o ar", queixa-se o fiscal. Por isso, a faixa pendurada ao lado da entrada do terminal dá o recado: "Evite a gripe H1N1. Mantenha as janelas dos veículos abertas. Previna-se!"

Outra medida tomada pela empresa de ônibus para evitar o contágio entre passageiros e funcionários é a entrega de álcool gel para os cobradores passarem nas mãos e nos balaustrês (barras para o apoio dos passageiros) - pelo menos enquanto há álcool. "Hoje ainda não passamos. Ontem acabou tudo", confessa o fiscal. "Não tem mais para comprar no mercado. Meu chefe foi pro centro procurar e vai trazer daqui a pouco, se achar". Logo depois, outro senhor aparece com uma caixa cheia de frascos do líquido tão precioso nesses tempos de pandemia.

E o povo?

Enquanto isso, boa parte da população permanece confusa. Informações desencontradas sobre o uso ou não de máscara, as notícias sobre mortes e os sintomas parecidos com os da gripe comum vem abarrotando postos de saúde, clínicas e hospitais. A turismóloga

Cleide Raposo de Carvalho, 50, teve febre e dor de garganta durante dois dias e estava bastante abatida quando entrou da Policlínica Municipal Norte em direção ao posto de saúde que fica ao lado para retirar os medicamentos. Seu diagnóstico não foi gripe, mas sim faringite - o que aliviou tanto ela quanto sua mãe, Terezinha de Jesus Raposo, 72 anos, que a acompanhava. Mesmo parecendo saudável, Terezinha usava máscara - que só conseguiu discutindo com as atendentes da policlínica. "Elas não sabem o meu histórico de doenças respiratórias crônicas, como sabem se eu devo ou não usar máscara?", dizia indignada a idosa. Ela não sente confiança nos médicos para tratar a gripe A: "médico particular, de renome, não importa quem for, ninguém sabe o que fazer", desabafa.

O medo da pandemia é natural e também necessário para a sobrevivência dos seres humanos. A psicóloga Leticia Delpizzo explica que o medo serve para proteção e preservação do indivíduo. Já o pânico não é saudável. Porém, segundo a psicóloga, mesmo em situações consideradas de catástrofe - como uma pandemia - apenas os indivíduos mais vulneráveis desenvolvem pânico. Essa vulnerabilidade pode ser causada por alguns fatores como genética e estresse.

A gestante Kethelin Coutinho parece estar lidando bem com o medo. Como está no grupo de risco, foi liberada do trabalho, na APAE, e fica o dia todo em casa com a filha de três anos, que também não está mais frequentando a creche. "Estamos tomando todas as precauções, mas não estou estressada", diz calmamente a mãe, grávida de 8 meses. Ela está aproveitando para arrumar as coisinhas do bebê que está para chegar. O marido ficou mais preocupado, "mas a gente acredita que Deus vai cuidar", afirma Kethelin suavemente. Ela vai ficar em casa durante duas semanas, e possivelmente vai voltar ao trabalho ainda antes de seu bebê nascer, em setembro.

Com a pandemia, as pessoas estão evitando os bares, casas noturnas e locais fechados. A psicóloga Leticia admite que para algumas pessoas é um pouco difícil, porém ela acredita que a criatividade aflora nesses momentos. "O pessoal está bastante criativo. Fazem festinha em casa para alguns amigos, se encontram em lugares mais abertos, dão um jeito", diz Leticia.

Outra consequência positiva é o maior cuidado com a higiene pessoal, que evita outras doenças transmissíveis - até mesmo a gripe comum. Um medo saudável, desde que na medida certa.



RU ou HU? Restaurantes ficam parecidos com hospitais depois de se adequarem às medidas

Andressa Dreher

web.gripe

Não é a primeira vez (<http://tinyurl.com/h1n1espanho>)
 Texto do scienceblog sobre a evolução do vírus da gripe desde o início do século. Segundo o autor, a Gripe Espanhola de 1918 já era causada pelo H1N1 - e nessas décadas, suas mutações, como o H2N2 e o H3N2, já causaram grandes problemas

A gripe no Google (<http://tinyurl.com/tendenciagripe>)
 O serviço Google Insights mostra como a pesquisa pelo termo "gripe", no Brasil, cresceu recentemente. Na mesma página é possível ver quais estados fazem mais buscas sobre o tema. Já o Google Flu Trends (<http://tinyurl.com/gflutrends>) compara, nos EUA, México e Austrália as tendências de pesquisa com o número de casos de gripe

Guerra contra a gripe (<http://tinyurl.com/thegreatflu>)
 Jogo de estratégia onde o usuário deve impedir o avanço de vários tipos de gripe ao redor do mundo. Entre as opções, você pode fechar escolas, distribuir máscaras e investir em propaganda. Foi criado pela equipe do Centro Médico Erasmus, em Rotterdam, na Holanda

PERIGO! - É uma doença nova. Seu comportamento, evolução e características ainda são incógnitas

- Ela pode trazer algo pior. Os sintomas são parecidos com a gripe comum e tem probabilidade de evoluir para pneumonia

- Não tão incrível assim. O Tamiflu só dá os resultados esperados quando ministrado no início da doença

RELAXE! - O mundo está de olho. Centenas de técnicos mais competentes (além de laboratórios) da área de infectologia de vários países estão monitorando o comportamento do vírus

- Não tão ruim assim também. Pelas estatísticas, a gripe comum de anos anteriores matou mais que a gripe A até agora

- A caminho. A vacina já está sendo desenvolvida

Devo ter em conta que hoje há antivirais, antibióticos e vacinas, isso não se sucedia em epidemias passadas?
 Professor titular em Virologia da Universidade Maza de Mendoza, Argentina, Dr. Juan Carlos Fain Binda, em entrevista ao diariosalud.net

"O pessoal está bastante criativo. Fazem festinha em casa para alguns amigos, se encontram em lugares mais abertos, dão um jeito"
 Psicóloga Leticia Delpizzo, sobre como as pessoas estão se virando com as restrições da nova gripe

"Acho que estamos preparados à semelhança dos países mais qualificados em saúde. A gripe A não é muito diferente da gripe comum, e a maior preocupação é com uma mutação. Por isso ela deve ser monitorada"
 David Uip, infectologista, diretor do Instituto de Infectologia Emilio Ribas, de São Paulo, em entrevista ao UOL

e agora?

As observações da Vigilância Epidemiológica indicam que o número de casos deve diminuir a partir de setembro, tanto em Santa Catarina quanto no país. Porém o surto neste ano é classificado como a primeira onda de contaminação do vírus.

A partir de agora será necessário monitorar o vírus H1N1 no hemisfério norte, quando chegar o inverno, em dezembro. Dependendo do comportamento do vírus, será possível traçar uma expectativa para o próximo inverno do hemisfério sul. Se o vírus vai se fortalecer ou enfraquecer, ainda não se sabe. Segundo o Secretário de Saúde de Santa Catarina, Luiz Eduardo Cherem, o vírus ainda vai conviver por algum tempo com a população pois já está disseminado.

Já o governo brasileiro, sem querer, contribuiu para espalhar o pânico. Foi com o pronunciamento, em rede nacional, do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, feito no dia 5 de julho sobre a nova gripe. O brasileiro, que parece estar vacinado contra discursos que sugerem "marolinha" em tempo de crise, interpretou mal a aparição. Foi o princípio do caos. A partir de então, o Chile estava em uma "lista negra" de países cujo destino devia ser evitado.

O estudante Michel Ternero estava em Santiago do Chile, em intercâmbio acadêmico há quatro meses, quando o ministro foi ao ar no Brasil. "Minha mãe ligou e

O pavor em cada linha: cobertura de imprensa confunde e lota hospitais

Jornais exageraram nos números e nas manchetes espetaculares

Desde que o vírus A (H1N1) ressurgiu este ano, em um menino de quatro anos no México, a imprensa adotou a gripe como nova catástrofe mundial. Com 557 vítimas fatais (até 31 de agosto), o Brasil já ocupa a primeira posição mundial em número de mortes causadas pela nova gripe. Até a imprensa está ajudando a matar - de medo.

Dados viciados

"Gripe pode afetar até 67 milhões de brasileiros em oito semanas". Esta foi a manchete da edição de 19 de julho da *Folha de S. Paulo*. Com uma tendência ao caos, a matéria se utiliza de estatísticas mal feitas para justificar o título alarmista. "O jornalista foi alertado e mesmo assim, utilizou parâmetros do estudo para o vírus H5N1 [responsável pela gripe aviária, de 2005] para calcular quantas pessoas poderiam ser infectadas pelo H1N1 [causador da gripe suína]. Os parâmetros utilizados pela *Folha de S. Paulo* são totalmente furados", denunciou o diretor de Vigilância Epidemiológica do Ministério da Saúde, Eduardo Hage, comentando a matéria da *Folha* no site *Viomundo*.

O professor em Virologia da Universidade Maza, da cidade argentina de Mendoza, Dr. Juan Carlos Fain Binda, afirma no site diariosalud.net, que o medo se dissemina devido à desinformação. "As pessoas acham que a nova gripe vai ter a mesma mortalidade de pandemias passadas, como a da Gripe Espanhola em 1918. Devemos ter em conta que hoje há antivirais, antibióticos e vacinas, isso não se sucedia em epidemias passadas".

O uso de estatísticas é frequente para tentar embutir mais gravidade às manchetes. E nem todo leitor sabe que os dados por si só não são totalmente confiáveis. E se a comparação de números é tão importante, cabe ressaltar que a taxa de letalidade da nova gripe no mundo é de 45 pessoas mortas para cada 10.000 infectados - igual à gripe comum. E 99 em cada 100 pessoas que contraem a nova gripe apresentam sintomas leves e se recuperam rapidamente, sem necessidade de internação. Esses dados foram apresentados pelo Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, num pronunciamento em ca-

Ao gosto do freguês

Uma parte da imprensa, entretanto, parece fechar os ouvidos para essa última recomendação e a gripe continua ganhando manchetes embasadas em números que parecem apavorantes. Só parecem. Há números bem piores que os da nova gripe que não ganham destaque. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS), a cada ano morrem no mundo 1,5 milhão de pessoas de tuberculose, 2 milhões de pessoas vítimas de malária, 2 milhões de crianças com diarreia, e 10 milhões morrem de outras doenças que poderiam ser curadas com medicação barata ou medidas simples de prevenção.

Juliana Frandoloso

América Latina

Hermanos se dividem sobre o vírus globalizado

Brasil, Argentina e Chile têm motivos diferentes para acreditar, ou não, na imprensa. As informações sobre a gripe são divulgadas pelo governo de cada país. É quanto menor a confiança, maior o pânico.

No Chile, a gripe chegou ainda em maio. O governo, liderado pela presidenta Michelle Bachelet, agiu rapidamente, o que manteve a imprensa mais interessada na sucessão presidencial do que na enfermidade. Na penúltima semana de julho, quando a gripe atingiu o auge da contaminação, o Ministério da Saúde combatia o pânico com informações detalhadas em sua página na internet. E o povo chileno confia em suas instituições.

Já o governo brasileiro, sem querer, contribuiu para espalhar o pânico. Foi com o pronunciamento, em rede nacional, do Ministro da Saúde, José Gomes Temporão, feito no dia 5 de julho sobre a nova gripe. O brasileiro, que parece estar vacinado contra discursos que sugerem "marolinha" em tempo de crise, interpretou mal a aparição. Foi o princípio do caos. A partir de então, o Chile estava em uma "lista negra" de países cujo destino devia ser evitado.

O estudante Michel Ternero estava em Santiago do Chile, em intercâmbio acadêmico há quatro meses, quando o ministro foi ao ar no Brasil. "Minha mãe ligou e

Em contrapartida, a gripe aviária matou 250 pessoas em 10 anos e, segundo o informe de 28 de agosto divulgado pela OMS, a gripe suína fez, até agora 2.185 vítimas e infectou 209 mil pessoas no mundo todo. E sem falar da gripe comum. No Brasil, o número de mortes por influenza e pneumonia foi de 44.200 em 2007. Apesar destes números estarem disponíveis na rede mundial de computadores, alguns jornais preferem ignorá-los, para cobrir a catástrofe de vez - aqueles que vende mais exemplares ou dão mais audiência.

Este descuido faz com que muitas pessoas que não fazem parte do grupo de risco lotem os hospitais, tornando mais difícil a tarefa de atender quem realmente corre risco com a gripe. Porque ela pode estar ali à espreita: naquele corrimão, na maçaneta da porta, no espelho do seu vizinho, no bebedouro da empresa - mas também na sua TV, rádio ou jornal.

falou que a situação estava pior que ela pensava, que até o ministro havia falado da gripe na televisão. Eu tentei acalmá-la, mas não adiantou. Ela tinha a ideia fixa de que se o ministro falou isso em rede nacional é porque a situação realmente estava séria", conta Michel.

Não demorou muito e a Argentina entrou na lista negra também. E foi de lá que vieram os primeiros casos para o Brasil. Só que na terra onde Maradona é rei, a situação de pânico ganhou contornos ainda maiores. A falta de confiança do povo argentino nos números oficiais - que costumam ser mascarados pelo governo - fizeram o medo tomar conta.

O médico sanitário Ernesto Edgardo Trivisonno, em entrevista ao jornal online *La Nación*, afirmou que a Argentina podia ser a primeira do mundo em número de mortos por gripe A, mas o povo não tinha como saber. Para ele era evidente que o governo estava tentando agir de forma a não parecer que a situação estava descontrolada.

No Brasil, onde os problemas de saneamento básico ainda causam mortes e não ganham manchetes, o agente sanitário Frazelstelo de Medeiros conclui: "Se pelo menos tudo isso fizer as pessoas lavarem mais as mãos, já valeu a pena". (J.F.)

Saúde na rede altera relacionamento entre médicos e pacientes

Buscar informações sobre doenças na internet propicia uma conduta mais participativa frente a diagnósticos e tratamentos

“As pessoas mentem.” Essa é a máxima que o arrogante Dr. House usa para justificar seus métodos de diagnosticar sem, ao menos, comunicar-se diretamente com seus pacientes. Gregory House é personagem de um seriado norte-americano que de certa forma ilustra um comportamento típico do relacionamento “médico-paciente” na América Latina. A tese da pesquisadora em Saúde Pública da USP, Wilma Madeira da Silva, mostra que a utilização da internet como fonte de informação tem possibilitado uma participação mais ativa dos pacientes diante de um diagnóstico.

Durante três meses, a pesquisadora disponibilizou um questionário online de 16 perguntas discursivas sobre o uso da internet para a obtenção de informações relativas à saúde de pacientes ou de pessoas próximas a eles. As questões foram respondidas por 116 pessoas. O material mostrou que os internautas acessam a rede pelo menos uma vez por semana para se informarem sobre o assunto.

Segundo os estudos de Wilma, os países latinos têm uma tradição paternalista no atendimento médico, ou seja, uma relação de mando e submissão. Entre vários entraves apontados por ela estão a falta de tempo no atendimento, que impede o estabelecimento de vínculos entre profissionais e pacientes, e uma prática médica autoritária, de quem detém o conhecimento frente ao paciente leigo. “Não se trata de um problema existente apenas no âmbito da assistência da rede pública, ou do SUS, mas também identificado no setor privado”, acrescenta Wilma.

A facilidade em encontrar informações na web pode ter um impacto positivo nessa relação. Na pesquisa, cerca de 67,2% das informações trazidas pelo paciente serviram de subsídios para decidir sobre os procedimentos realizados. Outro dado relevante é que mais da metade dos participantes afirmam que houve uma reação negativa por parte dos médicos frente ao interesse dos pacientes em buscar mais informações na internet.

Em julho deste ano, a médica Luana Fanha Souto, clínica geral que trabalha no Centro Hemoterápico de Blumenau, lançou o livro *Autonomia*



Dra. Luana Souto adverte que existem muitas páginas com dados errados ou incompletos

do *Paciente na Prática Médica*. Ela defende que a autonomia é uma condição na qual “o doente é o paciente, a doença é dele e, por isso, ele deve participar ativamente do processo. Questionar sem no entanto, afrontar o médico”. Já a conduta adequada do profissional seria a de escutar quem está doente e tentar adaptar o tratamento ao estilo de vida do paciente, a sua condição financeira e a seus hábitos.

Segundo Luana, o conhecimento obtido na rede é útil para ambos. Ao escutar o paciente, cria-se um vínculo de confiança, benéfico para os dois: os médicos garantem um maior comprometimento dos pacientes no tratamento e os pacientes, muitas vezes, trazem atualidades sobre novas formas de se tratar determinadas doenças. No entanto, ela faz um alerta àqueles que

estão em tratamento: “é preciso ter confiança no site ou na mídia onde se conseguiu os dados. Eles precisam ter credibilidade. Tem muita informação errada ou desconstruída”.

Um caso desses já aconteceu com a médica. Um paciente com fibromialgia chegou ao pronto atendimento e pediu para que seu problema fosse tratado com o mesmo medicamento receitado pelo médico do seriado *House*. Porém, nem todos os medicamentos autorizados no exterior podem ser vendidos no país. “Tive de explicar que o remédio só é permitido nos EUA e que o órgão de controle deles, o FDA - Food and Drugs Administration - era super rígido com o consumo da droga, pois causa fortíssima dependência química”, exemplifica Luana.

Fernanda Martins

Sobe incidência do vírus HIV em pessoas acima de 50 anos

O mais recente levantamento sobre a Aids no Brasil constata que o vírus HIV não respeita os mais velhos. Segundo dados do Ministério da Saúde, as pessoas acima de 50 anos contaminadas pelo HIV já representam 9% do total de infectados. Somente em 2007, foram registrados 4.715 novos casos nessa faixa etária. Em 1997, esse número não chegava a 2 mil.

O primeiro caso de Aids em pessoa com mais de 50 anos de idade foi notificado em 1982. Desde então, até junho de 2008, já foram diagnosticados 47.437 portadores com idade avançada. De acordo com o médico infectologista Eduardo Campos Oliveira, o aumento do contágio em pessoas mais velhas está relacionado, principalmente, ao advento de medicamentos contra a disfunção erétil, como o Viagra, e à falta de uso de preservativos.

Conforme a Sociedade Brasileira de Urologia, quase 50% da população masculina com mais de 40 anos sofre de disfunção erétil, isto é, possui dificuldade em ter e manter a ereção. Até início da década de 90, não existia medicamento para combater o problema. Em 1998, o Viagra chegou ao país e trouxe uma nova perspectiva para muitos brasileiros.

O uso do remédio se popularizou. Além de fácil de usar, o fármaco apresenta poucas contraindicações e é muito eficaz. Na maior parte dos casos, melhora extremamente a ereção, a rigidez e o tempo de recuperação para uma nova ereção. No entanto, com a maior possibilidade de manter uma prática sexual satisfatória, cresceram também as chances de proliferação da Aids, visto que muitos idosos renegam o uso de camisinha e que relações sexuais desprotegidas são a principal forma de contágio do HIV.

O médico especialista em clínica médica e geriatria Rogério Guedes Viotti afirma que a falta de costume é um dos motivos que explicam a resistência ao uso de preservativos entre pessoas na terceira idade. “Alguém que hoje tem seus 60 anos não viveu essa situação de risco quando começou a ter relações sexuais. Já era

adulto na época em que o vírus (HIV) começou a se manifestar, com hábitos formados e relações estáveis. Por isso, não tem a preocupação em usar o preservativo”, relata.

Viotti também declara que o medo da disfunção erétil é um agravante contra o uso de camisinha por homens na terceira idade. Segundo o médico, os problemas de ereção aumentam com o passar dos anos, o que gera insegurança. Assim, o momento de colocar o preservativo pode trazer ansiedade e, conseqüentemente, desfavorecer a ereção. “Quando um homem passa por uma situação de estresse, a excitação é cortada imediatamente. Por isso, a chance de ele perder o enrijecimento do pênis tentando colocar a camisinha é muito grande. Por isso, não é à toa que se vê os casos de HIV aumentando nessa faixa etária”, aponta Oliveira.

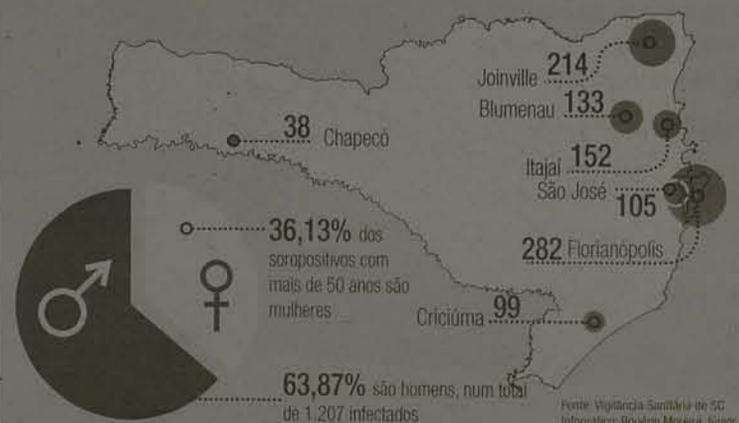
Os médicos entrevistados esclarecem que o vírus age da mesma forma em pacientes jovens e idosos. Entretanto, quanto maior a idade, maior a chance de a Aids agravar as enfermidades já pré-existentes. “Na maioria das vezes, as pessoas mais velhas apresentam problemas-base de saúde, como hipertensão, doença pulmonar e coronariana. Com o HIV, essas doenças tendem a piorar”, explica Oliveira. O geriatra Viotti acrescenta que o tratamento da Aids em idosos é mais complicado: “o organismo dos idosos é um pouco mais frágil, tanto por causa das enfermidades, quanto pelo uso de remédios para tratá-las. Assim, sua capacidade de recuperação é um pouco menor. A infecção pelo HIV abala muito a imunidade, e o uso de drogas mais fortes e complexas, como os antivirais, torna-se mais complicada”.

Para diminuir o contágio na terceira idade, o Ministério da Saúde lançou em dezembro de 2008 a primeira campanha contra o HIV voltada para pessoas acima de 50 anos. A iniciativa tem o objetivo de despertar adultos e idosos para o uso de preservativo nas relações sexuais.

Angieli Maros

Histórico

De 1984 a 2007, foram registrados em Santa Catarina aproximadamente 20 mil casos de Aids. Desses, 2.115 são em indivíduos com 50 anos de idade ou mais, sendo a maior parte em homens



Vasectomia: 17% deseja voltar atrás

CFM considera índice alto e determina que cirurgia seja feita só por médicos que sabem reverter o processo

Homens casados e decididos e homens separados com diferentes parceiras. Esses são os perfis mais recorrentes nos consultórios urológicos em busca de uma importante decisão: a esterilização cirúrgica. A vasectomia, como é conhecida, consiste em romper o vaso que leva os espermatozoides até a uretra, eliminando assim a possibilidade de se ter filhos. “É um procedimento muito fácil de ser resolvido. O difícil é a decisão”, pondera o professor de Urologia da UFSC Rogério Moritz.

Em julho deste ano, o Conselho Federal de Medicina (CFM) estabeleceu que a vasectomia só poderá ser realizada por médicos que saibam reverter o processo, ou seja, que sejam capazes de executar a cirurgia de reversão. A medida leva em conta o grande número de arrependidos. Segundo a Sociedade Brasileira de Urologia, o índice é alto: entre 15% e 17%.

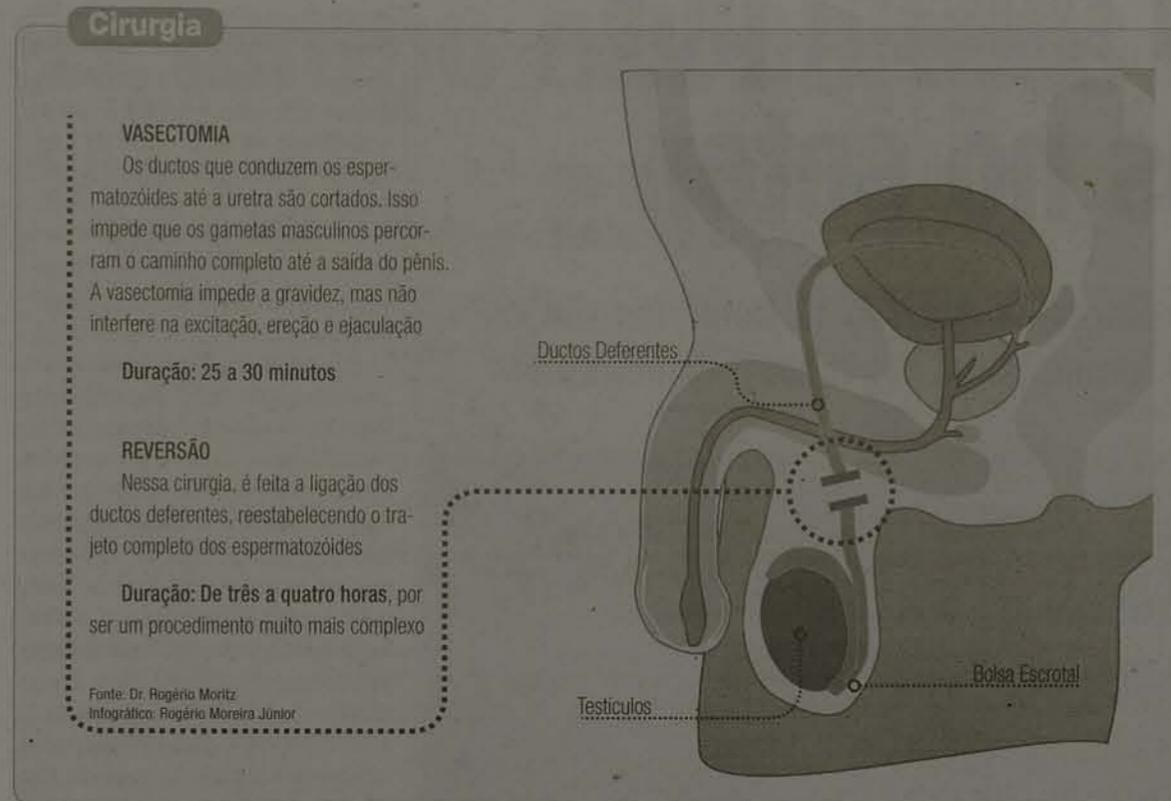
A maioria dos pacientes determinados a se submeter à cirurgia provém de uma relação estável e madura, em que a escolha é um consenso entre o casal. Moritz classifica a operação como rápida e simples, mas salienta o fato de ser definitiva, o que exige uma escolha consciente e racional. “Costumo dizer aos meus pacientes que não basta ser uma decisão prudente. Como um fruto, ela tem que cair de madura”, brinca o urologista.

O empresário Luiz Telbas Vieira, 46 anos, tem três filhos e fez a vasectomia aos 31, quando junto com sua esposa decidiu que o número de filhos estava de acordo com o planejamento familiar. “Procuramos um urologista juntos. Ele analisou nossa situação e disse que eu estava apto a ser operado, mas a decisão nunca é feita com plena certeza, sempre fica um receio”, conta.

Esterilização é processo fundamental para controle da natalidade no Brasil

A vasectomia faz parte de um processo mais amplo que está diretamente ligado ao planejamento familiar e o controle de natalidade. A cirurgia é um dos métodos mais seguros para evitar a gravidez, com eficácia de 99,9%.

Até 1996, a vasectomia, assim como a laqueadura – esterilização feminina – eram procedimentos cirúrgicos que não estavam legalmente regulamentados. O professor Clécio Azevedo da Silva, do Departamento de Geociências da UFSC, explica que no início dos anos 80 o Brasil urbano já estava apontando sinais de fertilidade decrescente. O número de filhos, que nas décadas de 40 e 50 era em média



A fim de incentivar a reflexão sobre a séria consequência de não poder gerar mais descendentes após a cirurgia e diminuir a possibilidade de arrependimento, a legislação (Lei nº 9.263) estabelece que o paciente aguarde um prazo de 60 dias até ser operado. Visando desencorajar a esterilização precoce, a lei prevê ainda que somente homens e mulheres com capacidade civil plena, maiores de 25 anos ou com pelo menos dois filhos vivos podem se submeter à vasectomia ou à ligadura.

Homens separados ou viúvos compreendem uma outra parcela de pacientes que desejam fazer a vasectomia. Segundo o professor, esse perfil é o mais propenso a se arrepender da esterilização, pois vivem um momento emocionalmente instável e não acreditam na possibilidade de viver outro relacionamento sério, no qual possam ter filhos.

Moritz é categórico ao justificar que o arrependimento da vasectomia é sempre pela mesma causa: “a troca de parceira”. “A segunda mulher costuma ser mais jovem, deseja ter filhos e construir uma família. Nesse caso, um esposo estéril é certamente um ponto negativo”, garante.

O paulista Lourenço Bandeca, 60, fez a vasectomia com o nascimento do terceiro filho. Dezoito anos mais tarde, ficou viúvo e conheceu uma mulher mais jovem com quem consolidou um relacionamento. “Ela tinha vontade de ter filhos e então eu procurei o médico para fazer a cirurgia de reversão”, lembra.

O urologista Rogério acrescenta que já teve pacientes que fizeram a vasectomia, a reversão e depois fizeram novamente a vasectomia. O médico adverte que a reversão é uma

operação microscópica, que exige uma equipe médica e internação do paciente. Enquanto a vasectomia dura cerca de 25 minutos e custa em média 800 reais, a cirurgia que reverte a situação se estende de três a quatro horas e pode chegar a custar 5 mil reais.

Além dessas complexidades, fazer a reversão não garante que o parceiro possa voltar a gerar descendentes. Entre 30% a 50% dos casos dão certo. Isso é válido para até dez anos depois da realização da vasectomia. Para períodos maiores, a cirurgia de reversão não é aconselhável.

No caso de Lourenço, foram mais de vinte anos. “O médico não me garantiu que eu conseguiria engravidar minha mulher, mas mesmo assim eu quis tentar. Já se passaram quatro anos e até agora nada”, relata.

Após o rompimento do canal defe-

rente – vaso que conduz os gametas masculinos até a uretra – a produção de espermatozoides não pára, mas diminui, o que compromete a qualidade do sêmen. “Mesmo que a cirurgia seja perfeita, a capacidade dos testículos pode ser insuficiente para manter um espermograma normal”, explica Moritz.

Essa diminuição da quantidade de espermatozoides pode acarretar uma leve atrofia dos testículos, mas ambas as operações não comprometem a capacidade sexual do homem – excitação, ereção e ejaculação – as três etapas do ato sexual.

O presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (CREMESC), Dr. Rodrigo Bertoncini, explica que o paciente não é obrigado a fazer a reversão com o mesmo médico, mas caso deseje, este deverá ter condições técnicas de atendê-lo. “Isto aumenta a responsabilidade do médico perante o paciente e propicia uma indicação mais criteriosa”, ressalta. O professor de Urologia da UFSC, Rogério Moritz, esclarece que “a vasectomia deve ser precisa e um médico não habilitado pode fazer o corte em qualquer parte do canal e trazer complicações numa posterior reversão”.

O CFM não fiscaliza essa resolução e transfere ao profissional a responsabilidade ética, civil e penal pelos atos executados. “Uma vez que o médico tenha adquirido sua habilitação técnica, através do diploma universitário, com a inscrição no seu conselho profissional (CRM), está legalmente habilitado a realizar os procedimentos que sua qualificação permitir. Portanto, qualquer médico poderá realizar o procedimento, desde que tenha condições de fazê-lo”, finaliza Bertoncini.

Mayara Vieira

mulher

Contraceção ainda é função delas

Apesar de ser uma cirurgia bem mais simples que a laqueadura, a vasectomia ainda é pouco realizada no país. Em 2006, foram feitas pelo serviço público 14 mil esterilizações masculinas contra 37 mil femininas. Os dados são da pesquisa *O que muda na vida do homem após uma vasectomia?* realizada pela Faculdade de Saúde Pública da USP.

As principais justificativas para o fato são a falta de informação e o machismo. O mito de que a vasectomia pode trazer distúrbios sexuais e afetar a virilidade do homem são ideias equivocadas que circulam como senso comum. Além disso, existem muito mais métodos contraceptivos para mulheres, como o DIU, a camisinha feminina, a

pílula anticoncepcional, a do dia seguinte, o adesivo e a ligadura de trompas (laqueadura). Para os homens as possibilidades se reduzem à camisinha ou à cirurgia. Para explicar esse contraste, os médicos alegam que o organismo feminino é mais fácil de ser controlado devido às diferenças na anatomia e na fisiologia dos sexos.

Tanto a laqueadura quanto a vasectomia são considerados métodos anticoncepcionais definitivos. Para que o paciente possa se submeter a uma dessas cirurgias, ele deve ter mais de 25 anos e/ou dois filhos. Quando há possibilidade de risco à vida da mulher ou do bebê durante a gravidez, a esterilização também pode ser realizada. (M.V.)

Salário de tripulante estimula busca por trabalhos no setor

Apesar da rotina de trabalho de no mínimo 12 horas por dia, os valores de até US\$ 5 mil atraem cada vez mais trabalhadores

Que o cruzeiro marítimo como opção de lazer e diversão caiu no gosto do brasileiro é fato comprovado. De acordo com a Associação Brasileira de Representantes de Empresas Marítimas (Abremar), na última temporada viajou em navios pelo nosso litoral meio milhão de pessoas. Os transatlânticos, antes destinados apenas ao transporte, tornaram-se verdadeiros hotéis flutuantes, consolidando um perfil de turista que se mantém fiel ao setor.

Mas para que todos se divirtam, outros trabalham durante todo o cruzeiro, que geralmente dura sete dias. São garçons, camareiros, atendentes de bar, animadores, fotógrafos, recepcionistas e bailarinos, somando um número que varia de 700 a 900 tripulantes no mesmo barco. Dados da Abremar indicam que na temporada 2007/2008 foram criados 43.273 postos de trabalho, enquanto em 2006/2007 foram 32.596 vagas e na temporada anterior 23.493. Este ano, a frota de navios que sairão da costa brasileira é de 18, contra 16 no ano passado.

O trabalho tem vantagens. A tripulação – que por determinação do Ministério do Trabalho tem 25% da equipe formada por brasileiros – recebe em dólar ou euro, ganha experiência e tem a oportunidade de conhecer outros países quando o navio vai para águas internacionais. No entanto, a carga horária é de, em média, 12 horas diárias, e pode chegar a 18, sem dias de folga.

O perfil da maioria dos tripulantes é composto por homens ou mulheres de 21 a 35 anos, com experiência na função em que desejam atuar, e vontade de trabalhar e conhecer pessoas. Miguel Viero é um deles, tem 21 anos e trabalhou como atendente de bar por 6 meses na última temporada. “Tinha um pouco de experiência antes de embarcar, e no navio trabalhei muito, mas em compensação conheci muitos lugares e fiz amigos”, lembra.

Dependendo da função os salários variam entre US\$ 500 e US\$ 5 mil por mês, além das gorjetas, que duplicam e até triplicam estes valores. “A remuneração é determinante na escolha desta profissão. Quem nos procura quer trabalhar quatro ou cinco anos, juntar um bom dinheiro e abrir o próprio negócio”, revela Marcos Antillon,



Esforço e diversão: mais de 700 tripulantes trabalham para garantir o lazer dos turistas

gerente de recursos humanos da ISM Agency Brasil, agência de recrutamento com sede em Curitiba.

Com dois contratos no currículo e aguardando a data de embarque para o terceiro, o paulista animador de navios conhecido por Girafa, trocou a carreira de administrador pelos barcos. “É maravilhoso trabalhar a bordo devido à infra-estrutura, à logística e ao fato de estar em um lugar diferente a cada dia, sem contar os benefícios salariais, quatro vezes superiores aos valores em terra.”

Em troca de bons salários as companhias exigem que os tripulantes

obedeçam a certas regras, como pontualidade, cordialidade com passageiros e participação nos treinamentos de salvaguarda marítima, quase diários. Quem não cumpre, literalmente abandona o barco. As agências calculam que o índice de tripulantes desistentes é de 5%, e os motivos mais comuns são desgaste físico e saudade da família. Foi o que aconteceu com a estudante de Turismo Daniele, que embarcou como camareira no final de 2008 e depois de três meses pediu demissão. “Senti saudade da minha filha e o trabalho era muito cansativo”.

Para reduzir as desistências e identificar se o candidato tem o perfil desejado, as agências investem em palestras. “Trabalhei por cinco anos em navios, então explico a situação real. Cabe a ele decidir se está disposto ou não”, lembra Fabiana Dorleans, diretora da Portside Agency, também de Curitiba.

José Carlos Silva, diretor da mesma agência em Florianópolis, trabalhou como maitre em cruzeiros por 15 anos, e também faz parte de um time de extripulantes que abrem ou trabalham em agências de recrutamento quando cansam da vida nos barcos. “Essa é minha vida. Já estive em 20 navios diferentes e parei porque não quero ser só um amigo da minha filha, mas um pai”.

Sheila Marangoni

Proibição do cigarro em lugares públicos é discutida no estado

Enquanto espera pelo ônibus, a funcionária pública Silvia Borges acende um cigarro. Fumante há dez anos, ela conta que o estresse e a ansiedade com a recente mudança para Florianópolis fizeram aumentar o hábito de fumar. A adaptação na nova cidade dá lugar também à preocupação com a visita à antiga casa, em São Paulo. “Já têm lugares específicos que não pode fumar, então por que proibir em bar ou boate, que é para as pessoas se divertirem?”, pergunta.

O questionamento de Silvia se deve à proibição do fumo em ambientes fechados de uso coletivo, como bares, restaurantes e casas noturnas, que entrou em vigor no mês de agosto em todo o estado de São Paulo. A lei antifumo também põe fim aos fumódromos em locais de trabalho e às áreas reservadas para fumantes em estabelecimentos comerciais. Estados como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Maranhão e as cidades de Curitiba, Goiânia e Salvador discutem propostas inspirados na iniciativa paulista. Em Santa Catarina também há projetos semelhantes. (veja box)

O técnico em informática Eduardo Cardoso considera a lei uma ação que garante o respeito àqueles que não fumam e convivem com fumantes. Para ele, se a medida fosse aplicada na cidade seus hábitos não mudariam. Continuaria a fumar longe de pessoas e não teria problemas de ir a locais onde não fosse permitido. Além disso, poderia ser uma forma de maior conscientização e incentivos para a redução do vício.

Adriana Menezes, funcionária de um shopping, acredita que a proposta

de restrição de ambientes seria algo que “daria tumulto”, pois há quem não iria respeitar ou cumprir a legislação, principalmente em relação aos fumódromos em áreas de trabalho.

Elisa Scheres costuma frequentar lugares onde há área reservada para fumantes. Para a estudante de Design, a divisão seria a forma mais correta, ao invés da proibição total. Por outro lado, a lei serviria como estímulo para deixar o hábito, pois, para ela, desencorajaria os que fumam.

Chegar em casa sem cheiro de cigarro é motivo de comemoração para Ian Koerich. O estudante de Engenharia Elétrica convive com amigos que fumam, “pega no pé” deles para que parem e concorda que, assim como é proibido o fumo em aviões e “ninguém mais pensa nessa possibilidade”, o mesmo deve servir para outros ambientes fechados. “Os fumantes”, conta Koerich, “iriam reclamar, tentar convencer que a lei é tola, mas no fundo acho que todos acreditam que é correto”.

Em pesquisa divulgada pelo Ministério da Saúde, em 2008, 17,6% dos moradores de Florianópolis são fumantes, enquanto que em 2007 o número era de 20,2%. Na cidade, já há bares, restaurantes e casas noturnas adeptos de espaços livre do cigarro, como o Drakkar, John Bull, Vecchio Giorgio e Confraria das Artes.

A lei antifumo tem como objetivo principal preservar a saúde dos fumantes passivos. De acordo com a Organização Mundial de Saúde, o fumo passivo é a terceira causa de morte evitáveis.

Gabriela Cabral

Legislação

SC estuda projeto de lei antifumo

Em Santa Catarina, iniciativas de lei antifumo tramitam na Assembleia Legislativa e na Câmara Municipal. Os deputados Antônio Aguiar (PMDB), Jean Kuhlmann (DEM) e Giancarlo Tomelin (PSDB) são autores de projetos, criados no ano passado, que restringem os ambientes para o fumo. Por tratarem do mesmo tema, as sugestões dos parlamentares foram anexadas para serem discutidas em conjunto, num único projeto de lei.

No início de setembro (de 2009), foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) a emenda do deputado César Souza Júnior (DEM) referente aos três projetos. Com isso, a proposta da lei antifumo segue agora para a Comissão de Saúde. Nessa etapa, serão realizadas quatro reuniões nas quais o projeto passará novamente por avaliações. Após aprovado nas comissões, será encaminhado ao plenário para ser votado, e depois segue para a sanção do governador.

Uma lei federal (9.294/96) não permite o fumo em recinto fechado coletivo, como ônibus, aviões e hospitais. Porém, esta possibilita a criação de espaços reservados a fumantes, desde que sejam separados dos demais ambientes, o que nem sempre é respeitado. Com

a legislação estadual será reforçada a proibição vigente, liberando o consumo de cigarro em locais ao ar livre, varandas, terraços e lugares específicos, desde que isolados, com ventilação adequada e avisos visíveis.

O trabalho da médica oncologista Senen Dyba Hauff, do Centro de Pesquisa Oncológica (Cepon), serviu de base para a elaboração da proposta antifumo que transita na Câmara Municipal de Florianópolis. O projeto nº 12.891/08 “Flórida 100% Livre do Cigarro”, do vereador Gean Loureiro (PMDB), foi discutido em audiência pública, em junho, quando recebeu emendas para readequações. Com as modificações, a legislação que prevê a proibição do fumo em espaços coletivos deve voltar para as comissões antes de nova votação em plenário.

Com o slogan “Sinta melhor a vida. Assine essa ideia. Respire Flórida”, o abaixo-assinado “Flórida sem cigarro” (www.floripasemcigarro.com.br) busca a adesão dos favoráveis à lei antifumo na capital. O idealizador do movimento, Fábio Nunes, acompanha as decisões municipais e busca com as assinaturas pressionar a aprovação da lei que, de acordo com ele, é apenas uma questão de tempo. (G.C.)

Recrutamento

Mês importante para candidatos

Quem pretende trabalhar em um navio deve se apressar, pois setembro é o principal mês de seleção.

Os candidatos precisam ter no mínimo 21 anos, preferencialmente alguma experiência de trabalho, inglês ou espanhol básicos. Os primeiros passos são procurar uma agência de recrutamento especializada, fazer o curso STCW/95 da Marinha do Brasil, e possuir passaporte com validade mínima de um ano.

Estatísticas

Os números em SC e no Brasil

O Cuida registra hoje 3.448 pretendentes à adoção. Destes, 2.467 vivem em Santa Catarina, 657 em outros estados do Brasil e 324 são estrangeiros.

Todos os anos, cerca de 400 crianças em SC são adotadas por pessoas que moram no país, e 50 por estrangeiros.

Os estrangeiros adotam um perfil de criança diferente do desejado pela maioria dos pretendentes a adoção: com idade entre sete e 14 anos, grupos de irmãos, pardas ou mulatas, do sexo masculino. São as que vivem nos abrigos.

Entre os inscritos no Cuida, 80% desejam aquelas de até três anos, brancas, do sexo feminino e sem irmãos. Esses pretendentes podem esperar até quatro anos para adotar um filho.

SC conta hoje com 1444 crianças abrigadas: 748 meninas e 696 meninos. No entanto, apenas 39 delas se encontram em condições de serem adotadas, isto é, já destituídas. Estas possuem idade entre oito e 15 anos.

Entre os 17.844 pretendentes à adoção no Brasil, 83% aceitam apenas uma criança e 96% só aceitam crianças de até cinco anos.

Hoje, no país, 2.537 menores estão em condições de serem adotados. Entre estes, 1.910 tem um ou mais irmãos e apenas 249 tem cinco anos ou menos. (G.B.)

Lei de adoção reduz para dois anos tempo em abrigos

Alterações também pretendem estimular a adoção tardia. Hoje, no estado, 80% dos candidatos a pais adotivos quer meninas brancas, com até três anos e sem irmãos

Entra em vigor, a partir de 3 de novembro, a nova lei da adoção. Isso ameniza a angústia de M., garoto de 11 anos que vive em um abrigo. Ele não se cansa de perguntar à diretora quando será finalmente adotado. Sancionada em agosto, a lei altera o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e tem como principal objetivo rever normas e políticas públicas sobre o tema.

O projeto de lei prevê que as crianças destituídas – que não estão sob a guarda dos pais – poderão passar no máximo dois anos no regime de acolhimento institucional, até serem encaminhadas para a adoção. “Acredito que a lei vá agilizar a burocracia, mas não que influencie na quantidade de adoções de crianças mais velhas. A adoção tardia, a partir dos sete anos, é muito esporádica. É desanimador.” O comentário é de Maria Tereza Floriani, assistente social aposentada que há 15 anos se dedica aos abrigados na Casa Lar de Coqueiros, em Florianópolis.

A instituição acolhe 24 menores e, em 2009, nenhum foi adotado. Segundo Maria Tereza, os programas de assistência social da prefeitura e a justiça estão mais estruturados, o que resulta em esforços e incentivos cada vez maiores para manter as crianças junto da família.

A destituição é uma medida tomada em último caso, quando há abuso ou negligência grave. “Não recebemos crianças ‘água com açúcar’. Os casos são muito sérios.”

São muitas as crianças que ficam vários anos nas instituições, e nenhuma família se interessa em adotá-las. A lei estipula em dois anos o tempo máximo para abrigamento como estratégia para que estudos e intervenções na família sejam feitos nesse prazo. Assim, as destituições não demoram tanto a ponto de que as crianças fiquem mais velhas e menos propensas à adoção. “Muitos ficam aqui até a maioridade, e então esbarramos em outro problema. Como largar um cidadão no mundo sem nenhum apoio fora da instituição?”, questiona Maria Tereza. Enquanto responde as perguntas, ela é interrompida pelas crianças, que entre aulas de reforço e brincadeiras, querem a atenção da “tia”.

Seu desânimo quanto à adoção

tardia é confirmado pelos números, não somente em SC. O Cadastro Nacional de Adoção, lançado em 2008 para unificar e facilitar os processos conta hoje com 17.844 pretendentes e 2.537 crianças em condições de serem adotadas. Enquanto cerca de 62% dos menores têm entre cinco e 14 anos, 96% daqueles que querem adotar só aceitam crianças de até cinco anos. E os “desejos” dos candidatos não param por aí. Em SC, entre os 3.448 inscritos no Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo de Santa Catarina, o Cuida, 80% aceitam crianças de até três anos, preferencialmente do sexo feminino, brancas e sem irmãos. Quem deseja um filho com esse perfil pode esperar até quatro anos.

“A nova lei tenta mudar a mentalidade dos candidatos e criar uma cultura de adoção, considerando que o propósito é privilegiar o adotado, não quem está adotando”, explica Enio Vieira Junior, advogado da Vara da Infância de Florianópolis. As boas intenções da lei esbarram em questões culturais e preconceitos difíceis de vencer. A resistência quanto às adoções tardias se explica parcialmente no mito de que filhos adotivos serão “crianças problema” e que lidar com os mais novos requer menos investimento – financeiro e emocional – dos pais. “Uma criança mais velha é difícil de adequar-se ao modo de vida e aos sonhos dos pais, pois ela já vem ‘prontinha’”, diz Maria Tereza.

Quem trabalha na área reconhece como é difícil estimular os pretendentes à adoção a ampliarem a idade desejada. Cristine Sposito, assistente social na Vara da Infância da capital, se depara diariamente com essa questão. “Mostramos que a personalidade e o desenvolvimento da pessoa dependem do meio, e incentivamos a ampliar a faixa etária, mas não adianta colocar uma criança de cinco anos para uma pessoa que quer uma de dois.”

Outras mudanças

Além de estipular o prazo máximo para o abrigamento, a lei propõe mudanças nos processos de adoção e na forma com que o judiciário lida com essas crianças. A partir de novembro, todos os pretendentes a adoção terão que ser atendidos por uma equipe multidisciplinar. Todas as comarcas



A Casa Lar de Coqueiros acolhe hoje 24 crianças. A tentativa é de mantê-las com a família

deverão contar com diferentes profissionais para atuar nesses processos. Segundo Vieira, a equipe já é prevista no ECA desde 1990, mas com a nova lei ganha importância. “A partir de agora, as equipes devem intervir pelo menos seis vezes no processo de adoção, enquanto antes, elas atuavam de duas a três.”

Embora SC tenha um sistema de adoção bastante eficiente através do Cuida, primeiro cadastro de adoção informatizado no país criado em 2005, algumas adaptações terão que ser feitas. Segundo Cristine, está sendo estudada a formação das equipes, mas ela acredita ser pouco provável a contratação de novos profissionais para atuar no judiciário e compor os grupos.

A lei também prevê a elaboração de relatórios pós-adotivos, que permitem que o judiciário acompanhe a situação das crianças adotadas enquanto julgar necessário. Outra modificação, descrita por Vieira como “trabalhosa”, é que todos os abrigados receberão uma guia de acolhimento e um plano de atendimento individual. A lei também

incentiva a modalidade de família acolhedora, que ainda não há em Florianópolis. Essas famílias evitariam que as crianças fossem para os abrigos, mas também constituem uma situação provisória.

Por causa de diversos fatores socioeconômicos, SC apresenta hoje um cenário positivo em relação às adoções. Vieira explica que, por ser um estado onde a população tem poder aquisitivo razoável e melhores condições de vida, os casos de destituição são mais raros. “Cumprimos com a maioria dos requisitos que a nova lei trouxe. Em três meses, vai dar tempo de iniciar, tentar adaptar os abrigos e tomar algumas medidas. Mas para o programa funcionar plenamente estimamos um prazo de um a dois anos.”

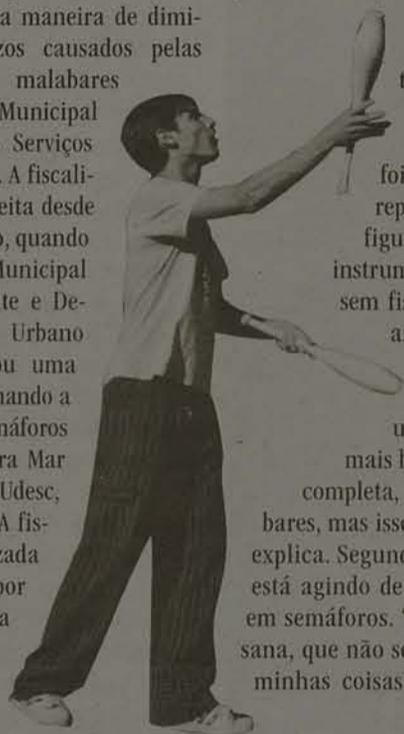
Gabriela Bazzo

Malabarismo vira arte clandestina

Proibidos pela prefeitura de atuar nos semáforos de Florianópolis, praticantes lutam por reconhecimento

Parado no semáforo, o motorista vê algo diferente no malabarista que brinca com pinos alguns metros à frente. O artista não está fantasiado nem maquiado. Os instrumentos que ele usa também são diferentes — estes são feitos em casa, com garrafa de plástico e fita isolante.

Os novos brinquedos, muito mais baratos, são uma maneira de diminuir os prejuízos causados pelas apreensões dos malabares pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Públicos (SUSP). A fiscalização tem sido feita desde o dia 30 de junho, quando a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano (SMDU) publicou uma portaria determinando a inspeção nos semáforos das áreas da Beira Mar Norte, UFSC e Udesc, principalmente. A fiscalização é realizada diariamente por dois guardas a cada turno, das 7h às 23h.



“Os malabaristas e vendedores ambulantes tomam conta da faixa de pedestres. A rua é um local público, você não pode tomar aquele local como ‘seu’”, explica o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, José Carlos Ferreira Rauhen.

Juan Duarte, estudante de geografia da UFSC, é um dos poucos praticantes que ainda podem ser encontrados trabalhando em semáforos da cidade. O artista foi encontrado pelo repórter do ZER0 sem figurino e com poucos instrumentos em um ponto sem fiscalização, que Duarte pede para omitir na reportagem. “Queremos fazer uma apresentação mais bonita, com a roupa completa, com todos os malabares, mas isso ficou impossível”, explica. Segundo Duarte, a polícia está agindo de maneira agressiva em semáforos. “Um policial à paisana, que não se identificou, jogou minhas coisas no chão e tentou

me agredir. Tive que passar uma tarde inteira na delegacia e ainda escrever uma carta pedindo meus objetos de volta”.

Sem a regularização necessária, na primeira abordagem os malabares confiscados serão recolhidos e encaminhados à prefeitura. Para recuperá-los, o artista deve pagar um salário mínimo, R\$ 465. Na segunda apreensão, os fiscais devem comunicar à Guarda Municipal, para que seja assinado um termo circunstanciado (registro de crimes leves) na delegacia. Na terceira vez, os malabaristas serão presos ou — no caso de estrangeiros — deportados.

Xenofobia

Uma das principais críticas à medida da Prefeitura surgiu a partir de uma declaração de Rauhen à imprensa, afirmando que praticamente todos os malabaristas de rua são estrangeiros, principalmente da Argentina, Paraguai e Uruguai. A afirmação do secretário, em que ele questionava “quem sabe eles não voltam para seus países?”, foi reproduzida em vários sites e jornais. “Não é xenofobia. Acontece que quando um estrangei-

ro chega ao Brasil, o que ele precisa fazer? Se regularizar. A grande maioria desses trabalhadores, brasileiros ou estrangeiros, não está dentro da lei”.

Para Pedro Bennaton, diretor de teatro, professor da Udesc e membro da companhia teatral ERRO Grupo, a opinião de Rauhen reflete um preconceito que vigora entre os brasileiros sobre outros países da América Latina, e defende a arte: “Nós deveríamos abrir ao máximo o acesso a opções de crescimento, expressão e desenvolvimento, oferecidas pela prática do malabarismo”.

No dia 5 de agosto, o ERRO Grupo participou de uma manifestação contra a portaria, no centro de Florianópolis.

O ato foi organizado em um fórum online, o Frente em Defesa da Cultura Catarinense. O ERRO Grupo se responsabilizou legalmente pelo movimento, que reuniu cerca de 20 artistas. “Acreditamos que o povo está a favor dos malabaristas. Não tivemos nenhuma reprovação durante a manifestação”, acredita o diretor teatral.

Entretanto, Rauhen acredita que a maior parte da população aprova a medida. O secretário, que assinou a portaria após recomendações do prefeito Dário Berger, explica que os artistas precisariam constituir uma empresa com CNPJ, fornecer notas fiscais e ter locais previamente definidos pela prefeitura para trabalhar de forma legalizada. “Esse movimento todo só serviu para chamar a atenção da imprensa”, afirma. “Você não pode simplesmente tomar conta da rua e lucrar sem prestar contas a ninguém”.

Gabriel Rosa

Documentário aproxima realidades do CIC e do Maciço do Morro da Cruz

Pedro MC cresceu perto do Morro do Céu e costumava subir as ruas para brincar. Outro lugar que marcou sua formação foi o Centro Integrado de Cultura, o CIC, sede de teatro, cinema, museus e da Fundação Catarinense de Cultura (FCC). Os dois espaços não estão longe fisicamente, mas não há tantas pessoas como Pedro, que freqüentam ambos. Pedro MC, hoje diretor de cinema, produziu o documentário *Maciço*, que reuniu depoimentos de moradores das 16 comunidades que formam o Maciço do Morro da Cruz, onde vivem cerca de 30 mil pessoas. Ele fez o filme para que os moradores do Maciço pudessem se ver, mas precisou “descer o morro” antes de mostrar o resultado a eles.

“Primeiro tive que passar o filme lá embaixo, para mostrar que ele existe e conseguir apoio”, explica Pedro, numa tarde de sábado, enquanto monta um projetor no salão da Associação de Moradores do Morro do Céu (Amorceu). Até agora, o circuito de exibição incluiu lugares como a Fundação Cultural Badesc e o Museu da Escola Catarinense, além do CIC, onde o filme estreou. “Era uma questão de honra passar lá.” A ideia era que os moradores fossem assistir, mas pou-

cos apareceram, mesmo com a sessão gratuita. “O pessoal do morro não frequenta o CIC”, conclui.

Foi depois da estreia de *Maciço* que a FCC elaborou um projeto que pretende separar 20% dos ingressos de teatro e espetáculos do CIC para comunidades do Maciço. Segundo a diretora de difusão artística Mary Garcia, a previsão é que o projeto seja iniciado em setembro.

Na Amorceu, Pedro exibe o filme pela primeira vez em uma das comunidades em que gravou as entrevistas. Algumas pessoas já pegam cadeiras de plástico e se espalham pelo salão, enquanto outras usam lençóis para tapar os basculantes, impedindo que a claridade atrapalhe a projeção. O nome do documentário é recebido com aplausos e assobios.

Para a professora do curso de Artes Cênicas da Universidade do Estado de Santa Catarina, Fátima Lima, há uma distância histórica entre o CIC e as comunidades do Maciço. “Talvez aqueles que se acham os detentores da cultura deveriam perguntar o que os outros querem”. E qual seria então a melhor maneira de diminuir essa distância? “Colocar uma filial do CIC no morro”, responde, elogiando políticas

de inclusão como a proposta pela FCC. “Essas comunidades não têm equipamento cultural.” O Morro do Céu é uma das únicas comunidades onde a associação de moradores possui sede. A Amorceu oferece aulas de artesanato, clarinete e tear.

Um jovem entrevistado no documentário diz, em determinado momento: “A cultura do morro é o samba.” E a plateia improvisada bate palmas e canta junto quando outro entoia o hino da escola de samba Copa Lord. O Morro do Céu registrou o primeiro bloco de carnaval em março desse ano. O grupo começou tocando latas há seis anos e agora foi oficializado como Unidos do Morro do Céu. Eles esperam sair com cerca de 1200 pessoas no desfile de blocos da passarela Nego Quirido no carnaval de 2010.

Fátima explica que o carnaval é um território multicultural, interessante para estudar a relação do “morro com o asfalto”. Ela ainda lembra que, só em Florianópolis, o desfile das escolas de samba leva 12 mil pessoas para a avenida. E completa: “Qual é a arte que faz isso?”

Leticia Arcoverde



Pedro MC, autor de *Maciço*, prepara projeção do filme aos moradores do Morro do Céu

Futebol americano ganha espaço em SC

Times iniciam Liga Catarinense de 2009 em busca de reconhecimento; equipamentos de segurança são novidade

Doze a seis. Esse foi o resultado do jogo entre os times Joinville Gladiators e São José Istepôs pela segunda rodada da temporada 2009 do campeonato catarinense de futebol, ocorrido em 15 de agosto, em Potecas, São José. Mas você deve estar se perguntando "que times são estes que nunca ouvi falar?" ou "as duas equipes juntas marcaram 18 gols numa só partida?". Na verdade, estes times pertencem sim ao futebol. Neste caso, é o americano. E o placar não significa o número de gols, mas o de pontos conquistados. Na ocasião, os Gladiators, que perdiam por um touchdown, viraram o jogo marcando dois seguidos (ver infográfico).



Das oito equipes de Santa Catarina, apenas as cinco que possuem os equipamentos de segurança podem participar do campeonato de 2009

Acesso em expansão

O futebol americano é praticado de forma amadora em Santa Catarina desde 1995. Até 2004, com a prática concentrada apenas nas cidades de Joinville e Brusque, poucos foram os avanços que colaboraram para sua expansão. A partir de 2005, contudo, a criação dos times de Florianópolis e Jaraguá do Sul possibilitou, pela primeira vez, a interação entre as quatro equipes formadas até aquele momento.

Em 2006, a primeira Liga Catarinense de Futebol Americano (LCEFA) foi realizada com os quatro clubes. A procura pelo esporte, então, aumentou. "O surgimento desse campeonato foi essencial para o intercâmbio de experiências sobre o jogo: as equipes evoluíram em organização, estrutura e técnica", conta Túlio Lenzi, jogador do São José. "Algumas equipes, inclusive, já começavam a criar uma base de fãs fiéis", acrescenta. Embora não haja uma pesquisa sobre a quantidade de jogadores praticantes, o cadastro nacional do esporte mostra que este número se expande em SC. No sul do estado, por exemplo, novos adeptos procuram por locais de treina-

mento. É o que afirma Celso Trindade, jogador do Tubarão Predadores. "Por terem dúvidas de como o esporte funciona, as pessoas buscam informações e então se integram à causa. Como todos os amantes do esporte procuram difundir-lo, o número de conhecedores vem crescendo", esclarece.

Proteção para alguns

Dos oito times de futebol americano de SC, cinco participam da quinta edição da LCEFA: Blumenau Riesen, Brusque Admirals, Timbó Rhinos, São José Istepôs e Joinville Gladiators. Isso ocorre porque o regulamento de 2009 exige que todos os jogadores estejam devidamente equipados com acessórios de segurança (capacete, ombreiros, protetores para peito, coxa, perna, virilha e joelhos) durante as partidas, algo que não existia nos anos anteriores. No clube de Joinville, cada jogador precisou comprar o próprio conjunto. "O custo individual para cada jogador foi, em média, de R\$ 1200. Como deve haver no mínimo 25 atletas

equipados participantes, foram investidos R\$ 30 mil ao todo", diz Romenito Silva, técnico do time e presidente da LCEFA. "Como a aparelhagem dura até 10 anos, este custo inicial foi até pequeno para podermos competir na Liga", completa. O São José também enfrentou a mesma situação e os atletas precisaram comprar toda a aparelhagem individualmente.

As outras três equipes inativas não atingiram os requisitos mínimos em adquirir os protetores e, por regra, não competem na LCEFA 09. É o caso do Jaraguá do Sul Breakers, que só não joga porque não obteve os equipamentos a tempo. "A Federação Catarinense de Futebol Americano (FCFA) demorou muito para procurar convênio e facilitar a compra dos acessórios. Quando a equipe decidiu ir atrás por conta

própria já era tarde, pois havia apenas três semanas para treinarmos com os equipamentos antes do início das atividades", lamenta Everton Gnewuch, presidente e jogador do clube. "Hoje eu treino com a aparelhagem e me sinto mais seguro e até mesmo confortável. Quando não a uso é que percebo o quanto corríamos riscos e chego a me sentir 'pelado'", brinca.

Apoio efêmero

Os investimentos governamentais no futebol americano seguem o tamanho da sua popularidade. Embora os cinco times da Liga recebam apoio das prefeituras locais e da FCFA, existe pouco investimento. Para exemplificar, o São José Istepôs já se chamou Florianópolis Istepôs, e por não receber qualquer tipo de atenção, mudou-se para o continente e associou-se à Fundação Municipal de Esportes.

Túlio aponta empecilhos da cultura brasileira que impedem a maior difusão da prática e atraem ainda menos suporte financeiro. "O esporte

também enfrenta barreiras externas, como sistema de pontuação diferente e terminologias estrangeiras para cada tipo de jogada, o que dificulta maior absorção pelas pessoas, além de carregar poucas semelhanças com o futebol do cotidiano brasileiro", detalha. Isso aliado à imagem errônea de que o futebol americano seja uma prática violenta contribui com um efêmero chamariz do esporte no estado. "À primeira vista, parece ser algo muito violento em função das colisões e jogadas cinematográficas. Mas isso é uma visão equivocada: qualquer jogador pode confirmar que há alta demanda física pelos contatos corporais constantes, mas que não passam de técnica e estratégia de jogo", defende Lenzi. Celso vai além. "Se é uma prática violenta, por que quebra records de bilheteria e público em campeonatos nos Estados Unidos, onde a liga NFL é paixão nacional?", questiona.

Futuro incerto

Como o esporte ainda engatinha no estado, não se pode adivinhar o que futuro reserva para a prática. Mas mesmo que haja poucos times e a liga se encontra apenas na sua quinta edição, existem perspectivas que podem ajudar na difusão do esporte. "Ainda vejo a falta de apoio financeiro e logístico como o maior limitador para a disseminação do esporte no país e que impede de levá-lo a um nível profissional", ressalta Lenzi. O fator cultural também colabora para a pouca visibilidade por privilegiar muito apenas alguns esportes. "Existe sim o preconceito não só contra o futebol americano, mas com todos os outros esportes que não o futebol tradicional", critica Everton. "Deve-se é acreditar nos jovens e valorizar todos os tipos de atletas", recomenda.

Andrei Longen



São quatro tempos de 12 minutos. Em caso de empate, há prorrogação de mais 12 minutos. Quem marcar primeiro, ganha. Como o relógio para a cada jogada, um jogo pode ter longa duração.

O jogo inicia quando o time que defende chuta a bola em direção ao time atacante, que deve levá-la à Endzone, área do Touchdown (seis pontos). O time que pontuou pode tentar o Try - um chute extra (um ponto) ou uma nova corrida à Endzone (dois pontos).



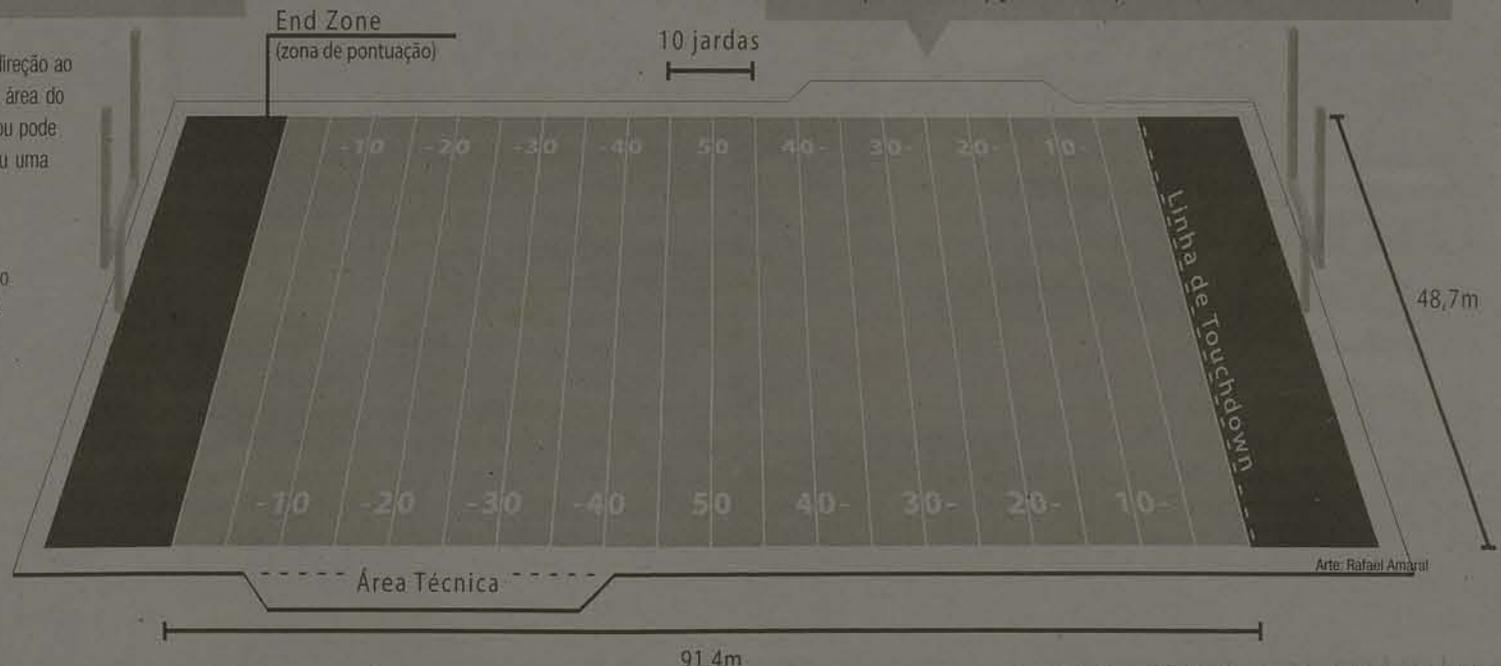
O ataque tem quatro tentativas para andar, no mínimo, 10 jardas. Caso consiga, ganha-se mais quatro tentativas para chegar à Endzone. Na quarta tentativa, opta-se entre o Field Goal (três pontos) ou ir à Endzone.



Sempre que o jogador atacante é derrubado com a bola, a próxima jogada recomeça no local da interceptação. Se não conseguir segurar a bola, a jogada torna-se incompleta e a próxima recomeça do ponto anterior.



Cada time pode ter até 53 jogadores, mas apenas 11 de cada lado entram em campo.



Arte: Rafael Amaral

#forasarney chega à Beira-Mar

Em Florianópolis, próximo ao trapiche da Avenida Beira-Mar Norte, os carros passam em alta velocidade em meio ao barulho dos apitos dos manifestantes. Quando o sinal fecha, os motoristas recebem o convite pelo megafone: "Se vocês concordam em tirar o Sarney, buzinem." Na maioria das vezes a resposta é imediata, aprovando a ação daquelas 70 pessoas. Com nariz de palhaço e o rosto pintado de verde e amarelo, protestam a favor de moralizar

a política nacional, e contra os Josés Sarneys que a retratam. Apartidária, a manifestação aconteceu em nove capitais na tarde do sábado, 22 de agosto, e reuniu gente que cansou de assistir à crise política do sofá de casa e decidiu ir às ruas, num encontro de indignação.

Texto de Michel Siqueira
Fotos de Sofia Franco



O movimento #forasarney começou na internet e migrou para as ruas de várias cidades do país. Em Florianópolis, já houve dois protestos. O primeiro, com a participação de 20 pessoas, resultou no segundo, com 70. Entre os participantes, havia aposentados, funcionários públicos, donas de casa e uns poucos estudantes.



Gleydy Fioranelli, uma das organizadoras do evento, decidiu ir às ruas pois acredita que "com as pessoas caladas, os políticos fazem o que querem". A funcionária pública lamenta que apesar de ter poucos jovens participando do protesto, a balada estará lotada a noite. Segundo ela, o motivo é a falta de educação política no país.



Sentado ao lado da concentração dos manifestantes, o engenheiro agrônomo André Luft prefere não participar, em razão da "falta de divulgação do evento". Explica que a situação não muda porque tem pouca gente protestando, e por se enquadrar na categoria dos "indignados desmotivados", o jeito é abaixar a cabeça e trabalhar.



ZERO